

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
POLO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE CONSTANTINA**

DENISE MARA WEGNER

**O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERAC NO MUNICÍPIO DE
CONSTANTINA-RS.**

**CONSTANTINA
2011**

DENISE MARA WEGNER

**O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERAC
NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - Plageder, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Co- Orientador(a): Daniela Oliveira

**CONSTANTINA
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
POLO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE CONSTANTINA**

**O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERAC
NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - Plageder, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato
Coorientador(a): Daniela Oliveira

Aprovado com Conceito (____)

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato – orientador (UFRGS)

Tutor (a) Auxiliar. Monique Medeiros (UFRGS)

Prof. Dr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva (UFRGS)

“Uma sociedade rica em vida associativa – por contraste com um agregado indiferenciado de indivíduos que trocam bens e serviços – evoca a imagem de uma comunidade que se autogoverna, que faz democracia” com as próprias mãos” (KERSTENETZKY, 2003).

A minha família. Pois, nela sempre busquei
inspiração e tranqüilidade nos momentos de
inquietação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu esposo Neimar Grando de Lucca, pela paciência e estímulo no decorrer de mais esta caminhada.

Aos meus pais, pelo exemplo de dedicação e superação que foram me espelhando ao longo de minhas experiências.

Ao Professor Dr. Marcelo Conterato, pela disponibilidade e orientação; e a Tutora Daniela Oliveira, pela insistência e colaboração no desenvolvimento deste trabalho.

A toda a equipe do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (Plageder), pela coragem e determinação de iniciar este novo desafio na modalidade de ensino à distância da Universidade Aberta do Brasil.

Um agradecimento especial às pessoas que participaram das entrevistas necessárias para o desenvolvimento deste trabalho, técnicos agrícolas, dirigentes da cooperativa, proprietário da agroindústria, um agradecimento especial; agradeço pela disponibilidade e colaboração.

Enfim, agradeço aos colegas pela amizade, convivência e experiências compartilhadas durante os três anos de curso.

RESUMO

Este trabalho teve como tema de estudo, o cooperativismo no município de Constantina, tomando como referência empírica à organização da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região – COOPERAC e uma de suas agroindústrias associadas - Agroindústria Dalpiaz. O principal objetivo foi, analisar o funcionamento de uma estrutura cooperativista, em um município em que as ações de cooperação têm se apresentado como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, apontando estratégias para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, em nível local. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas que contribuíram para o embasamento teórico, bem como, um estudo de caso, o qual envolveu uma Agroindústria Familiar cooperada da COOPERAC, a Agroindústria Dalpiaz. Neste, foi necessário à organização de um roteiro semi-estruturado que facilitasse a realização da entrevista com o proprietário da agroindústria em questão. A partir desta, foi possível identificar quais os serviços realizados pela cooperativa, que na visão dos cooperados trazem benefícios. Como principais resultados do trabalho, destacamos que, os entrevistados concordam que as iniciativas, direcionamentos e relações de cooperação, criadas e estabelecidas através da Cooperativa, são necessárias para viabilizar e melhorar as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos associados à mesma, permitindo ainda, o fortalecimento da agricultura familiar. Contudo, entendem a necessidade de melhorar essas relações, criando estratégias que visam principalmente o comprometimento de seus associados e o entendimento das funções de cada parte envolvida.

Palavras chaves: Cooperativismo. Agroindústrias. Fortalecimento da Agricultura Familiar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----------|
| Figura 1-Localização do Município de Constantina..... | 21 |
|--|-----------|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----------|
| 1- Agricultores familiares e Agricultores não familiares: estabelecimentos, área, VB e pessoal ocupado no país..... | 18 |
| 2 - Estabelecimentos Rurais e área no município de Constantina-RS..... | 23 |
| 3- Agroindústrias Associadas a Cooperac em 2003..... | 38 |
| 4- Agroindústrias Associadas a Cooperac em 2011..... | 38 |
| 5-Amostra de produtos e preços da Agroindústria Dalpiaz..... | 49 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APACO** – Associação dos pequenos agricultores do Oeste Catarinense.
- COOPERAC** – Cooperativa dos grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constanina e Região.
- CONDESUS** – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia.
- CMN** – Conselho Monetário Nacional.
- COOPAC** – Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina LTDA.
- COTRISAL** – Cooperativa Triticola Sarandi LTDA.
- CRESOL** – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária.
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul.
- EXPOINTER** – Exposição Internacional de Animais e Máquinas.
- FAO** – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.
- FEICOMEL** – Feira da indústria, do comércio e do mel.
- FEPAM** – Fundação Estadual de Proteção Ambiental.
- FETRAF – SUL** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul.
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- RECOSOL** – Rede de Cooperativas das Agroindústrias familiares da região do Alto Uruguai.
- SICREDI** – Cooperativa de Crédito Rural de Sarandi.
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina.
- SUASA** – Serviço Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
- SIF** – Serviço de Inspeção Federal.
- UCAF** – Unidade Central das Agroindústrias Familiares.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 | METODOLOGIA..... | 15 |
| 3 | O COOPERATIVISMO: UMA ALTERNATIVA PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR..... | 17 |
| 3.1 | Definição da agricultura familiar..... | 17 |
| 3.1.1 | Características da agricultura familiar em Constantina-RS..... | 21 |
| 3.1.2 | Agricultura familiar e a sustentabilidade..... | 23 |
| 3.2 | Importância da Cooperação..... | 27 |
| 3.2.1 | Definição de cooperativismo..... | 30 |
| 3.2.2 | O Cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar..... | 32 |
| 3.3 | Definição de agroindústria familiar..... | 34 |
| 4 | O COOPERATIVISMO EM CONSTANTINA – A COOPERAC..... | 36 |
| 4.1 | Como surgiu a COOPERAC..... | 36 |
| 4.2 | Estrutura e o modo de funcionamento da COOPERAC..... | 41 |
| 4.3 | Atividades, iniciativas e direcionamentos realizados pela COOPERAC..... | 42 |
| 5 | AGROINDÚSTRIA DALPIAZ..... | 46 |
| 5.1 | Descrição e resgate histórico da Agroindústria..... | 46 |
| 5.2 | Principais atividades da Agroindústria..... | 48 |
| 5.3 | Comercialização dos produtos..... | 49 |
| 5.4 | Dificuldades e Potencialidades da Agroindústria..... | 50 |
| 6 | CONCLUSÃO..... | 53 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 56 |
| | APÊNDICE..... | 60 |
| | ANEXOS..... | 64 |

1 INTRODUÇÃO

A utilização de novas tecnologias, adotadas durante o processo de modernização da agricultura, ao mesmo tempo em que facilitou o trabalho dos agricultores, desencadeou problemas ao meio ambiente, como: poluição, contaminação, esgotamento dos recursos naturais, entre outros. A partir disso, abriu-se espaço para a discussão de um novo modelo de desenvolvimento que não causasse ou que reduzisse os danos ao meio ambiente. Um modelo que talvez ao longo dos anos, possibilitasse o alcance da sustentabilidade.

No que diz respeito a esse assunto, a agricultura familiar vem sendo considerada como uma forma de alcançar essa sustentabilidade. Devido à forma de organização da mesma no meio rural, e a gestão dos recursos naturais, que é uma das principais características que a diferencia do modelo convencional de produção.

Entretanto, faz-se necessário uma reflexão sobre alguns conceitos que norteiam o tema em estudo - Cooperativismo como uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar. Dentre estes conceitos, citamos a “agricultura familiar”.

A falta de esclarecimento sobre estes conceitos desencadeou controvérsias e desencontros conceituais, como exemplo disso, citamos o relacionado à expressão “agricultura familiar”.

Nas primeiras menções à expressão, estava relacionada às famílias de agricultores que fazem uso exclusivamente de mão de obra familiar, no desenvolvimento das atividades no meio rural. Além disso, essa forma de trabalho era vista como a que menos contribuía para o desenvolvimento do país, pois sua produção estava voltada simplesmente para a subsistência, desta forma, acabou sendo considerada como atrasada.

No entanto, é notória a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, especialmente para as regiões e municípios onde a mesma marca presença hegemônica, como é o caso da região norte do Rio Grande do Sul, e do próprio município de Constantina.

Ressaltando a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento de um modelo de agricultura que seja sustentável, pois identificamos a preocupação em buscar alternativas que venham a melhorar os problemas desencadeados pela agricultura moderna, a qual foi responsável pela saída de inúmeras famílias de pequenos agricultores do campo, que

não conseguiram acompanhar o modelo de desenvolvimento tecnológico adotado, e acabaram buscando alternativas de sobrevivência nas cidades.

Com a preocupação de amenizar as conseqüências dessa modernização da agricultura para os pequenos produtores familiares, ou mesmo modificar esta realidade, surge a necessidade de desenvolver políticas públicas que possibilitassem a busca de alternativas àqueles que de alguma maneira foram prejudicados por esse sistema de produção adotado. Uma das alternativas encontradas foi o desenvolvimento e organização de agroindústrias familiares, que surgiram com o objetivo de melhorar a situação financeira destas famílias, agregando valor aos seus produtos.

A maior parte dos produtos agroindustriais familiares são comercializados em venda direta para os consumidores, tanto na própria propriedade como em feiras e eventos (festas), pelos próprios membros da família o que denota a importância da organização do espaço rural e de suas extensões para o desenvolvimento de um posicionamento diferenciado na mente do consumidor: um consumo mais solidário, culturalmente consistente e, cada vez mais saudável e sustentável. agroindústrias rurais. (RÉVILLION, 2010. p. 01).

Considerando a importância destas agroindústrias para o desenvolvimento do município e região, ressaltamos a necessidade de maior incentivo na organização das mesmas, para que conquiste espaço no mercado, obtendo maior valorização dos produtos originados da agricultura familiar.

No entanto, sabe-se que existem muitos fatores que impõe limites as agroindústrias familiares, principalmente com relação à expansão de mercado, ou seja, na inserção de seus produtos. Considerando que estas estão competindo com grandes empresas que possuem maior acesso às novas tecnologias, o que facilita também a divulgação desses produtos. Além disso, a legislação que norteia as atividades desenvolvidas em ambas é de igual exigência, o que acaba limitando ainda mais as atividades das agroindústrias familiares.

Assim, percebemos a importância da organização das agroindústrias familiares através de cooperativas, que possam auxiliar e facilitar a inserção e comercialização de seus produtos no mercado consumidor. Ressaltamos aqui, as relações de cooperação que acontecem entre as agroindústrias, como estratégias que as beneficiam.

A criação de redes entre as agroindústrias familiares é uma das alternativas de diminuição das dificuldades encontradas no mercado, pois possibilitam o fortalecimento da imagem das mesmas junto às demais instituições públicas e privadas. Além disso, acaba

garantindo uma melhor relação com as instituições bancárias, que fornecem crédito para a aquisição de novos equipamentos, que irão contribuir na melhora do processamento, armazenamento e comercialização dos produtos.

Considerando o exposto, o presente trabalho teve como objetivo geral, desenvolver um estudo de caso, no município de Constantina, que está localizado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, para analisar de que forma as ações de cooperação, encontradas na Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região – COOPERAC; estrutura cooperativista local tem se apresentado como uma estratégia de fortalecimento para a agricultura familiar, e se ela aponta para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

Destacamos como objetivos específicos deste trabalho: (a) Identificar e analisar os aspectos socioeconômicos do município de Constantina; (b) Quantificar a importância da Agricultura Familiar para o desenvolvimento do Município de Constantina-RS; (c) Investigar a trajetória da COOPERAC no município de Constantina-RS; (d) Identificar a estrutura e o modo de funcionamento da COOPERAC; (e) Identificar e analisar as diferentes atividades, iniciativas e direcionamentos que foram realizados pela COOPERAC ao longo dos anos para promover o desenvolvimento da agricultura familiar.

Partindo desses objetivos pretendemos responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as relações entre as ações de cooperação encontradas na COOPERAC, as construções de estratégias voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar local, e de novas formas de desenvolvimento rural?

A opção de realizar um estudo de caso sobre a COOPERAC deve-se principalmente pelo tempo de fundação da mesma, que está relacionada com o período de crescentes políticas de incentivos as Agroindústrias Familiares. Além disso, a mesma é formada basicamente por produtores familiares que também são alvo de estudo neste trabalho e que é um setor de destaque no município de Constantina e região.

Para melhor desenvolvimento deste trabalho, o mesmo foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo foi realizada a conceituação e caracterização da agricultura familiar, trazendo uma abordagem do contexto geral, e no município de Constantina-RS. No mesmo capítulo foram apresentados conceitos e caracterização de diferentes formas associativas, destacando o cooperativismo na agricultura familiar.

O segundo capítulo inicia com a apresentação do Cooperativismo em Constantina, apresentando um resgate histórico da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos

Agricultores Familiares de Constantina e Região (COOPERAC), onde descrevemos as atividades, iniciativas e direcionamentos realizados pela mesma.

No terceiro e último capítulo do trabalho, é analisada a organização de uma das Agroindústrias Familiares cooperadas da COOPERAC, a Agroindústria de Embutidos Dalpiaz.

2 METODOLOGIA

Com intuito de melhor embasar o referencial teórico, foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica. Nesta dispomos de diversos artigos e dissertações que abordavam o tema em estudo. Também realizamos um estudo de caso, que de acordo com Miele; Waquil e Schultz (2010) é uma técnica com maior possibilidade de compreender os fenômenos que envolvem as “organizações da economia (mercados, empresas e instituições)”.

Além disso, considera-se que esta é uma pesquisa qualitativa, pois auxilia e se preocupa com a descrição das possíveis respostas para o problema de pesquisa apresentado, não se preocupando em quantificar os resultados.

Desta forma, o estudo de caso facilitou a investigação da importância do cooperativismo no município de Constantina, abordando a maneira como surgiu a COOPERAC, analisando a sua forma de funcionamento, identificando as atividades, iniciativas e direcionamentos realizados ao longo da trajetória da cooperativa, que promoveram o fortalecimento da agricultura familiar.

Para tanto, a elaboração do histórico da organização da cooperativa foi essencial, sendo que, o mesmo aconteceu através de pesquisa documental e a organização de um roteiro semi-estruturado, encontrado nos apêndices deste trabalho (Apêndice 1), que facilitou a entrevista realizada junto a dois membros fundadores e atuantes da COOPERAC.

Além de serem membros fundadores e atuantes da COOPERAC, os entrevistados possuem algumas funções específicas junto à referida cooperativa. Um dos membros é o Presidente da mesma e ainda possui uma Agroindústria de Derivados de leite que também é associada da cooperativa. O outro entrevistado, tem como principal função à orientação técnica diretamente nas agroindústrias, pois o mesmo exerce a profissão de técnico agrícola municipal.

Para selecionar os referidos entrevistados, considerou-se a ligação direta dos mesmos com a COOPERAC e a função que exercem na mesma. Ainda, foi levado em consideração o tempo de ligação dos mesmos com a cooperativa e o fato da entrevistadora já conhecer os mesmos, o que facilitou o diálogo.

Além disso, para a melhor concretização deste trabalho e assim alcançar os referidos objetivos, foi organizado também, um roteiro semi-estruturado, encontrado no Apêndice deste trabalho (Apêndice 2), utilizado na entrevista com o proprietário da Agroindústria Dalpiaz. Isso possibilitou o conhecimento das relações existentes entre cooperados e cooperativas, além de identificarmos quais os serviços realizados pela COOPERAC, que na compreensão deste proprietário, resultam em benefícios as agroindústrias.

Optou-se pela Agroindústria Dalpiaz, pelo fato desta ser uma das primeiras agroindústrias implantadas no município, ou seja, pelo tempo que vem desenvolvendo essa atividade. Além disso, foi considerada a localização; por esta ser de fácil acesso, possibilitaria um maior contato da pesquisadora com os proprietários da mesma.

3 O COOPERATIVISMO: UMA ALTERNATIVA PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando que a agricultura familiar e o cooperativismo são os assuntos principais deste trabalho, houve a necessidade de descrevermos a conceituação e caracterização dos mesmos. Desta forma, o referencial teórico foi organizado em três capítulos, facilitando a compreensão dos leitores, quanto ao tema abordado.

Este primeiro capítulo foi subdividido em cinco itens, os quais abordam diferentes assuntos. No primeiro item, apresentaremos a conceituação e características da agricultura familiar, além de idéias que fortalecem o conceito dado à expressão.

No segundo item nos detemos em caracterizar a agricultura familiar no município de Constantina-RS, onde foi realizado o estudo de caso.

O terceiro item apresenta uma relação entre a agricultura familiar e a sustentabilidade, onde foi descrita a importância que a agricultura familiar apresenta para o desenvolvimento de um novo modelo de produção que possa ser sustentável.

No quarto item descrevemos a importância da Cooperação, apresentando conceitos e as principais características das diferentes formas associativas, com destaque ao cooperativismo.

Por fim, no quinto item abordamos o cooperativismo no desenvolvimento da agricultura familiar, a fim de contribuir na identificação da importância desta forma de associação, no desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

3.1 Definição da agricultura familiar

A compreensão da expressão “agricultura familiar” é necessária para que possamos perceber as relações que esta forma de trabalho estabelece com as outras formas de produção desenvolvidas ao longo da história. Para tanto, este item aborda os diferentes conceitos trazidos por determinados autores, que buscavam identificar e conceituar um modelo de

agricultura, responsável por 38% do valor bruto da produção gerada no país, mesmo ocupando pequenas áreas de terra; o que pode ser visualizado na **tabela 1**, que apresenta dados importantes como: o número de estabelecimentos familiares e não familiares, o percentual de área ocupada e o percentual de estabelecimentos; estes são dados obtidos do último censo agropecuário, realizado no ano de 2006.

Tabela 1: Agricultores familiares e Agricultores não familiares no país: estabelecimentos, área, VB e pessoal ocupado.

| | Nº Estabel. | Área Ocup. % | Nº Estabel. % | Valor Bruto % | Pessoal % |
|--------------|-------------|-----------------|------------------|---------------|-----------|
| Não Familiar | 807.587 | 75,7 | 15,6 | 62 | 25,6 |
| Familiar | 4.367.902 | 24,3 | 84,4 | 38 | 74,4 |
| Total | 5.175.489 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – IBGE

Elaboração: Convênio FAO/Incrá

Analisando a tabela acima, podemos perceber que ainda é grande a concentração de terras nas mãos de poucos. Isso é constatado no percentual de estabelecimentos não familiares o qual corresponde a 15,6% dos estabelecimentos no país, um pequeno percentual. Entretanto estes ocupam 75,7% da área total de terra do país; enquanto que os estabelecimentos de agricultura familiar correspondem a 84,4% dos estabelecimentos no país, os quais ocupam apenas 24,3 % da terra, ou seja, uma pequena parte.

Mesmo ocupando uma pequena parcela de terra, constata-se que a agricultura familiar é responsável por envolver um maior percentual de pessoas em suas atividades; isso pode ser observado na **tabela 1**; a agricultura familiar envolve 74,4 % do pessoal, e a não familiar 25,6%.

Ao tentarmos conceituar a expressão “agricultura familiar” percebemos sua complexidade, pois identificamos a existência de diferentes maneiras de caracterizar um grupo como sendo familiar. Tinha-se em mente que agricultores familiares fossem aqueles em que utilizavam exclusivamente a mão de obra familiar para realizar as suas atividades. No entanto, constatou-se que para diferenciarmos os agricultores familiares dos demais grupos, diversos e diferentes parâmetros são utilizados; dentre estes parâmetros Filho e Batalha (2005, p. 15) destacam, “... são considerados agricultores familiares os produtores que trabalham de acordo com as seguintes condições: a) a direção dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feita pelo produtor rural; b) a mão de obra familiar deve ser superior à contratada”.

Segundo os mesmos autores, para podermos conceituar um grupo como sendo da agricultura familiar, é preciso levar em consideração alguns elementos básicos, e reconhecer que a dimensão cultural é um fator importantíssimo quando o objetivo é a conceituação e caracterização da mesma. Pois, percebe-se que ao longo dos anos a maneira como os agricultores familiares desenvolviam suas atividades foi sofrendo alterações conforme os objetivos e necessidades do grupo; o que também modificou muitas características que há tempos eram consideradas específicas da agricultura familiar.

Na compreensão de Wanderley (1996) a agricultura familiar é considerada “genérica”, podendo ser apresentada de diferentes maneiras. Ainda, a mesma não pode ser considerada uma categoria recente, no entanto, os conceitos atuais atribuídos fazem transparecer algo novo. Em seus estudos a autora conceitua esta categoria como sendo “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. (WANDERLEY, 1996, p. 02).

Para a autora, esta combinação de trabalho e propriedade aparece de diferentes maneiras dependendo das situações vivenciadas no período em que se encontram os envolvidos no processo. Estes aspectos identificam a agricultura camponesa, a qual apresenta algumas características específicas de inserção social, objetivos econômicos, relações sociais; sendo apresentada como uma das formas sociais da agricultura familiar.

Contudo, a agricultura familiar buscou formas de se adaptar a uma sociedade em constantes mudanças, de níveis tecnológicos, econômicos e sociais. Estas formas de adaptação são destacadas por Wanderley (1996, p.06), como “formas modernas de agricultura familiar”. Acrescenta ainda que mesmo com tais mudanças, encontramos muitas das características da agricultura convencional, na agricultura familiar moderna.

Ao tratarmos de agricultura familiar, também podemos citar as contribuições de Ricardo Abramovay (1997). Este traz algumas colocações sobre a ideia mantida há muitos anos, sobre a pouca relevância da agricultura familiar para o setor econômico; para este existem dois preconceitos que acabam fortalecendo essa compreensão, que é a “baixa produção”, e a “produção para a subsistência”.

A partir disso, constata-se que há muito tempo os agricultores familiares vem sendo caracterizados como indivíduos com pouco acesso as tecnologias e ao crédito; que utilizam maneiras tradicionais de produção em suas propriedades. É preciso avançar nesta compreensão, para tanto apresentamos as contribuições de Abramovay, que destaca seis características importantes identificadas nos agricultores familiares:

“1- A gestão é feita pelos proprietários; 2- Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; 3- O trabalho é fundamentalmente familiar; 4- O capital pertence à família; 5- O patrimônio e os ativos são de objeto de transferência intergeracional no interior da família; 6- Os membros da família vivem na unidade produtiva”.(ABRAMOVAY, 1997, p. 02).

No entanto, é importante ressaltar que em algumas propriedades de agricultores familiares a possibilidade de não identificarmos as seis características apresentadas pelo autor, porém estas são as que mais se aproximam da realidade atual, com relação a caracterização da agricultura familiar.

Conforme o inciso II do 4º artigo do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, citado por Gonçalves e Souza (2005) *apud* Tinoco (2008, p.01), propriedade familiar é entendida como sendo:

“[...] o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais”.

Além disso, a partir da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, encontramos os seguintes critérios para caracterizar os agricultores como familiares:

- a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais;
- a mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família;
- a renda familiar é predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento;
- e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006, p.02).

Estes critérios também são utilizados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística na realização do Censo Agropecuário - IBGE.

3.1.1 Características da agricultura familiar no município de Constantina-RS

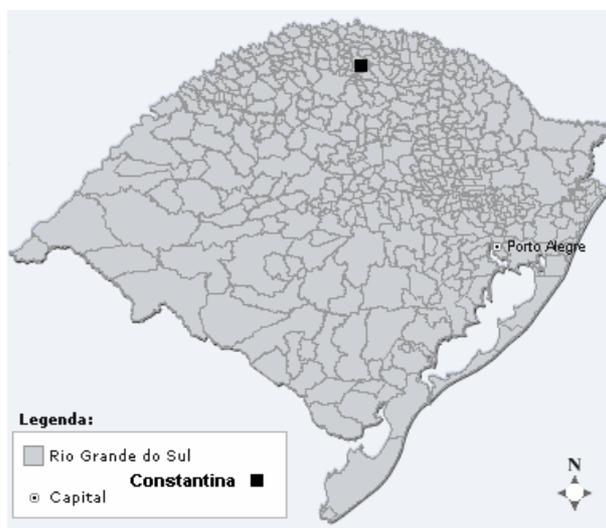
A agricultura familiar por muito tempo foi caracterizada como sendo atrasada, do ponto de vista de uma agricultura moderna, na qual pregava a modernização e a utilização de novas tecnologias, as quais, pudessem garantir uma produção acelerada para uma sociedade em crescente desenvolvimento. Ainda, sabemos que a mesma era dita como atrasada, pois esta não tinha como objetivo principal gerar renda, mas sim garantir a subsistência dos membros da família.

No entanto esta característica vem sendo modificada ao passo que se visualiza a importância adquirida pelo setor no desenvolvimento do país. Segundo Lopes e Almeida:

“Vários estudos têm provado que além de empregar um contingente significativo de pessoas, um segmento consolidado da agricultura familiar tem contribuído muito para as exportações e para o atendimento do mercado interno, em nada devendo às dinâmicas produtivas do agronegócio”(LOPES E ALMEIDA, 2004, p.04).

No município de Constantina, local escolhido para a realização deste trabalho, a agricultura familiar também tem destaque no que diz respeito à economia do município. Localizado ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul, ver figura 1, o município de Constantina, de acordo com os primeiros resultados do Censo do IBGE 2010, tem uma base territorial 203 Km², com uma população de 9.741 habitantes.

Figura 1: Localização do Município de Constantina-RS



Fonte: Fundação de Economia e Estatística – FEE

Destacamos que do total de habitantes do município 6497 são residentes da área urbana e 3244 permanecem nas áreas rurais, ou seja, 33,30% da população se mantém no meio rural.

A população do município é oriunda de imigrantes de alemães, portugueses, italianos, e caboclos. No entanto, existe a predominância de italianos nas comunidades do município e também dos municípios da região.

Com relação à produção agrícola, podemos destacar que a base da economia do município é a produção de grãos, com destaque ao milho, soja e trigo. No entanto, apesar da predominância da produção de grãos, ressaltamos que a partir de incentivos de várias instituições ligadas ao meio rural como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e Poder Público Municipal, atualmente no município encontramos várias atividades que agregam valor à renda das famílias que permanecem no meio rural. Dentre estas atividades, podemos encontrar: a fruticultura (citros e uva); suinocultura; produção leiteira; cana-de-açúcar, aves.

Carini (2005) *apud*, Picolotto (2006), destaca algumas características marcantes na agricultura de Constantina:

intenso uso de mão-de-obra familiar, policultura associada a pecuária de leite; suínos e aves; produção voltada para a subsistência e comercialização, desenvolvimento de artesanato doméstico; subdivisão e transmissão de lotes coloniais por herança; e, estreito vínculo entre colonos e os comerciantes locais (bodegueiro) (CARINI, 2006, p. 128).

Além disso, podemos destacar o processamento de produtos oriundos da agricultura familiar, com o processo de Agroindustrialização, que ocorreu há 8 anos no município de Constantina. Realidade representada atualmente no município por 17 (dezessete) agroindústrias, sendo o foco voltado ao processamento de derivados de suínos. Ainda, estima-se que, de acordo com entrevista realizada, as agroindústrias movimentaram no ano de 2008 o equivalente a 15% da arrecadação do município.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, os quais podem ser visualizados na tabela 3, encontramos um total de 1.035 estabelecimentos agropecuários, com área média de 16,7 ha o que totaliza 17.290 ha de área ocupada.

Estes dados podem ser comparados com os do Censo Agropecuário, realizado nos anos de 1995/96 onde se constata uma diminuição dos estabelecimentos rurais no município. Naquele período havia 1.624 estabelecimentos rurais, com área média de 15,17 ha, somando um total de 24.637 ha. (KHUN, 2004).

Tabela 2: Estabelecimentos Rurais e área no município de Constantina-RS.

| Ano /Base | Nº Estabel. | Área/Média (ha) | Área Total ocupada (ha) |
|------------------|--------------------|------------------------|--------------------------------|
| 95/96 | 1624 | 15,17 | 24.637 |
| 2006 | 1035 | 16,7 | 17.290 |

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE e KHUN.

Elaboração: Autora

De acordo com estes dados, a diminuição da população rural, no município de Constantina, teve seu ponto maior entre os anos de 2000 e 2005, quando segundo Sulzbacher (2009) cerca de 2000 mil pessoas abandonaram o campo. Esta realidade pode ser fruto dos desmembramentos municipais que ocorreram neste período. O distrito de Novo Xingu, por exemplo, foi emancipado neste período, e com isso parte da população do município de Constantina, principalmente população rural, passa a pertencer ao então novo município, que hoje conta com 1757 habitantes.

3.1.2 Agricultura familiar e a sustentabilidade

Analisar a relação existente entre agricultura familiar e sustentabilidade requer reflexão e estudo. Para tanto, é visível a necessidade de resgatar alguns conceitos que envolvem estes assuntos para esclarecermos melhor tais relações.

Num primeiro momento faz-se necessário entendermos o conceito de desenvolvimento, termo este encontrado com uma maior frequência nos debates acadêmicos. Com isso, um breve resgate dos acontecimentos que marcaram a agricultura se faz necessário, para entendermos de que maneira o conceito de desenvolvimento se modificou com o tempo.

Antes da chamada “Revolução Verde”¹ a agricultura tinha uma importância diferente do que se apresenta nos tempos atuais. Muitas pessoas ainda permaneciam envolvidas nas

¹ “Um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento,

atividades agrícolas, ou mesmo que residiam no meio rural. “Da mesma forma, era significativo o peso econômico da agricultura nas contas nacionais, mesmo em países que então formavam o bloco mais avançado” (NAVARRO, 2001, p.01).

Após este período, as crescentes mudanças trazidas pelas inovações tecnológicas, ainda de acordo com o mesmo autor, a compreensão da agricultura é apresentada de uma maneira diferente, do que até o momento se encontrava.

Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de “moderno”, o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como uma mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países. (NAVARRO, 2001, p. 01)

Assim, a noção de desenvolvimento rural, estava inspirada pelos acontecimentos do período em questão, ou seja, com as novas tecnologias, avanços consideráveis da produção, e também uma exclusão de muitos, o que motivou algumas ações em nome do desenvolvimento rural. Ainda, o mesmo autor complementa, que esta noção de desenvolvimento rural, continua sendo alterada ao longo dos tempos, principalmente considerando as mudanças e os “novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais”.

Portanto, de acordo com Navarro (2001) desenvolvimento rural, pode ser caracterizado como sendo uma ação que anteriormente se é pensada e assim realizada, onde se pretende criar situações que venham a modificar um determinado ambiente rural.

Outro termo que está relacionado com o primeiro e que, portanto devemos entender seu significado, é desenvolvimento rural sustentável. Para o autor em questão, apesar de muitas instituições e também outros autores identificarem tal termo com uma expressão mais geral, e atribuindo ainda, um sentido mais político, “incorporando noções de equidade social, ou, mais ambiciosamente, atribuindo alguma suposta relação entre formas de organização das famílias rurais...”, aqui o conceito é mais limitado. Pois, para ele, o termo sustentabilidade

da irrigação e da motomecanização.”Cfe. Agricultura e sustentabilidade: contextos, desafios e cenários, de Maria Leonor Assad e Jalcione Almeida, *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 29, 2004. p.21-22. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/532.pdf> acessado em: 06/06/2011.

surgiu da crescente conscientização dos impactos ambientais ocorridos após a Segunda Guerra.

Para Assad e Almeida (2004, p. 9) o termo agricultura sustentável tem ainda proporções novas, com relações à desenvolvimento (rural) sustentável, mesmo com muitos debates em torno do assunto, “agricultura sustentável agora foi superficialmente definida”. Ainda, para os autores, a definição da mesma, irá depender da posição em que se encontra o agente social em que a vai definir.

A partir destas considerações sobre o que é desenvolvimento rural e sustentável, visualizamos que os seus conceitos são complexos e que assim também vão se modificando dependendo de outros fatores que são alterados de acordo com os acontecimentos da sociedade.

Assad e Almeida (2004) indicam que no contexto que se apresenta a atual agricultura sustentável, encontra três etapas de desenvolvimento: a agricultura alternativa ou ecológica; a agricultura moderna ou convencional e agricultura ecológica. Assim, para eles, as três etapas de agricultura sustentável estão apresentadas por agricultores, “de pequeno porte e de cunho familiar”, que estão localizados em regiões com grandes dificuldades, de caráter financeiro, materiais e físicos.

Partindo disso, a noção de sustentabilidade discutida e interpretada nos tempos atuais, está buscando o desenvolvimento rural como um todo, em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Um modelo de desenvolvimento, tanto agrícola, quanto global para ser sustentável deve permitir e considerar a diversidade cultural, natural e biológica, deve respeitar a autonomia dos povos, e se preocupar com o acesso aos fatores indispensáveis à sustentabilidade, como por exemplo: recursos naturais (terra). (MENEGETTI, 2008, p.16).

Com a apresentação deste quadro pela busca da sustentabilidade, destacamos a relevância da agricultura familiar, como um modelo de sustentabilidade, considerando a maneira como a mesma é organizada, sua melhor utilização dos recursos naturais para garantir a produção e assim a subsistência da família.

Pelas características que a agricultura familiar apresenta, a democratização do acesso aos recursos naturais, a terra, a água e outros, bem como o fortalecimento da mesma, é uma necessidade social e um fator de melhor gestão, conservação dos recursos

naturais, além prover uma melhor organização econômica daquele ambiente, sempre dentro de uma perspectiva de sustentabilidade. (MENEGUETTI,2008, p.04).

Além disso, a agricultura familiar é destacada, pois segundo Santos (2001), a mesma possui capacidade de geração de emprego e também renda, com baixos custos de investimentos, e ainda, possui alta capacidade de produção de alimentos, sem menores agressões ao meio ambiente.

Para Santos (2001), a agricultura familiar pode ser considerada como a principal forma de produção agrícola encontrada em todo o país. Sendo assim, é essencial para a sobrevivência de muitos municípios do país, pois, estes têm como base fundamental de desenvolvimento econômico agricultura familiar.

Destaca o mesmo autor que, existe a necessidade de investimento na agricultura familiar, não somente no que diz respeito à produção, mas também, nas outras atividades que este setor tem capacidade de realizar, como: as atividades consideradas não-agrícolas (agroindústria, turismo rural), para tanto, a necessidade de que os governos públicos façam investimentos que possam garantir o auxílio através da assistência técnica e acesso às pesquisas e novas tecnologias.

No entanto, entende-se que apesar da agricultura familiar ser indicada como um dos possíveis modelos de sustentabilidade, a mesma não está isenta dos impactos ambientais. Este fato deve-se a mesma ser apresentada de maneira heterogênea, assim o seu modo de produção e utilização dos recursos também pode ser realizada de diferentes formas dependendo de sua apresentação.

Um exemplo a ser destacado, para melhor complementar a colocação acima, é a produção de monoculturas, que está presente nas atividades dos agricultores familiares. Destacamos que, este tipo de produção é caracterizado pela utilização excessiva de mecanização, uso de pesticidas e fertilizantes químicos, que contaminam o solo e os lençóis freáticos.

Outro fator a ser considerado é a utilização das áreas de terras pelos agricultores familiares. A literatura destaca que é, na agricultura de base familiar, que ocorre a maior utilização possível de área de terra para desenvolver as atividades, considerando a falta de recursos. Esta maior utilização de área pode acarretar a perda da biodiversidade.

Sendo assim, é importante destacar que: as diferentes formas de agricultura sustentáveis apresentadas neste trabalho devem acima de tudo garantir que:

i) os frutos (produtos e renda) sejam repartidos de forma mais igualitária entre a população; ii) sejam mantidos ou potencializados os ganhos produtivos obtidos nos últimos anos, o que tornou a agricultura peça-chave do desenvolvimento do País; iii) sejam ampliados os mercados agrícolas, especialmente aqueles de demanda interna e iv) se vise a uma melhor proteção do meio ambiente. (ASSAD e ALMEIDA, 2004, p. 12).

3.2 Importância da Cooperação

Este item tem a finalidade de abordar o conceito de cooperação, como uma perspectiva de melhoria nas relações estabelecidas nas diferentes formas de associação encontradas, neste caso, mais especificamente do cooperativismo.

De acordo com Kamii e De Vries (1991), *apud* Mesquita (1999), Piaget usa o termo “cooperação” com o intuito de dizer “cooperar”, “operar junto” ou “negociar”, para que assim se chegue a um determinado acordo entre as partes envolvidas e assim todos se sintam satisfeitos. Entretanto para Mesquita, muitas vezes a cooperação pode ser envolvida por alguns conflitos, mas que para a mesma, mesmo com a presença de tais conflitos, estes sempre irão gerar um desenvolvimento da moralidade e da autonomia.

A cooperação é um termo que está diretamente ligado ao cooperativismo. No momento em que um indivíduo se associa a uma determinada cooperativa, esta possui alguns elementos como princípios básicos que garantam o fortalecimento da mesma. Estes princípios devem ser entendidos pelos associados, que assim estarão preparados para colocar em prática, a cooperação na cooperativa.

Para Benecke (1980) *apud* Freitas (2002), cada cooperativa deveria desenvolver um trabalho com seus associados para que os mesmos pudessem entender como acontece o funcionamento da mesma, e a importância de seus cooperados cumprir com as suas obrigações para assim exigir os seus direitos. Para ele, no momento em que os associados entenderem o significado de cooperação, a cooperativa poderá aumentar suas chances de sucesso.

Com isso, a percepção do que é cooperação para os envolvidos no processo também é considerada relevante. Segundo Freitas (2002) uma pesquisa realizada por Mesquita (2000) demonstra claramente a opinião dos envolvidos no que diz respeito ao significado de cooperação para os mesmos.

Esta pesquisa foi realizada considerando duas percepções sobre cooperação, onde primeira foi identificada por associados que estavam vinculados ao Conselho Administrativo, que perceberam a cooperação como algo ligado ao bem comum; ao lutar por um mesmo objetivo; a disponibilidade; a clareza dos objetivos; o respeito mútuo; postura e treinamento do pessoal ligado à cooperativa. Para os associados que passaram a fazer parte recentemente da organização da cooperativa, o conceito de cooperação está ligada ao aperfeiçoamento do cooperativismo e uma responsabilidade que passa a se tornar uma rotina.

A ideia de cooperação também é observada por Rawls *apud* Mesquita (1999), onde o mesmo diz que a cooperação também está relacionada à vantagem racional ou o bem de cada participante. Esta ideia diz respeito àquilo que as pessoas estão tentando obter, mas levando em consideração o ponto de vista individual. Sendo assim, para o autor, aqui fica determinado à relação existente entre a competição e a cooperação.

A competição de uma maneira indiscriminada como era vista anteriormente, não faz mais parte das relações entre as pequenas e médias empresas. De acordo com Schultz (2001) *apud* Freitas (2002), as vantagens competitivas que as empresas buscam acontece através da cooperação entre as mesmas.

Percebemos assim, a relevância da cooperação entre as mesmas, pois se sabe que as pequenas e médias empresas possuem algumas dificuldades de inserção no mercado e mesmo na permanência do mesmo, pois estas, possuem alguns limitantes, dentre eles: recursos financeiros, recursos humanos e de acesso a novas tecnologias. Para enfrentar tais dificuldades, estas empresas precisam fazer uso de algumas estratégias que venham a auxiliar no enfrentamento destas dificuldades e garantir uma exploração externa. Exploração esta, que acontece através da criação de redes de cooperação, como complementa Fensterseifer:

Dentre as muitas definições de redes existentes, uma que consideramos apropriada à análise das questões de interesse deste ensaio considera a rede como um complexo de relações cooperativas que dinamizam a ação de seus agentes em torno de objetivos comuns ou complementares. Esta definição coloca a cooperação, nas suas mais variadas formas e para as mais diversas finalidades, como o conceito central na formação de uma rede. (FENSTERSEIFER, 1998, p.5).

Révillion (2010), também realiza colocações sobre a necessidade de criação de estratégias quando se refere à competição no mercado, onde de um lado estão as pequenas e médias agroindústrias, e no outro lado, grandes empresas com facilidades no acesso a novas

tecnologias, com isso um diferencial na produção e com um mercado garantido. Para ele, estas agroindústrias não precisam exclusivamente do investimento em pesquisa para poder processar novos produtos e sim que busquem adaptar e combinar as tecnologias já existentes.

Para tanto, o autor considera as relações de cooperação que acontecem entre as agroindústrias que necessitam desta inovação, com as instituições que detêm a pesquisa como fator determinante. “Neste contexto a aprendizagem ocorre na gestão das relações de cooperação e a coordenação do projeto envolvendo diferentes organizações como as instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento”. RÉVILLION (2010, p. 1)

No Brasil, de acordo com o mesmo autor, algumas ações estão sendo promovidas com o intuito de se fortalecer as redes de cooperação, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, ações estas, mais frequentes, entre as agroindústrias. Dentre estas ações Révillion destaca: uso da merenda escolar como um estímulo à produção local; promoção de hortas municipais e feiras, adaptação da legislação tributária e de fiscalização sanitária, criação de fundos rotativos e de aval; estímulo ao associativismo, promoção de cursos e o oferecimento de assistência técnica, entre outras iniciativas.

O autor complementa ainda, que no estado do Rio Grande do Sul, para desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas, foi criado um Programa denominado de Redes de Cooperação II². Esta rede acabou organizando 14 agroindústrias familiares na Região do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS). Através desta rede, as agroindústrias obtiveram alguns ganhos com relação à produção, valorização e comercialização dos produtos, através da criação de uma marca unificada.

A partir do exemplo citado acima, e mesmo do estudo de caso que também mostrará um modelo de redes de cooperação que pode auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar, destacamos a importância do termo até agora discutido.

² “O programa foi regulamentado através do Decreto 42.950, de 17 de março de 2004, e busca reunir empresas com interesses comuns em Redes de Cooperação, de modo a constituir “uma entidade juridicamente estabelecida, sem quotas de capital, que mantém a independência legal e a individualidade de cada empreendimento participante” no sentido de reduzir e dividir custos e riscos, conquistar novos mercados, qualificar produtos e serviços e acessar novas tecnologias”. RÉVILLION, Jean Philippe. **Cooperação, conglomerados e desempenho competitivo**. Texto encontrado na disciplina DERAD 019. Disponível em: <<https://moodleinstitucional.ufrgs.br>> acessado em: 06/06/2011.

3.2.1 Definição de cooperativismo

O conceito de cooperativismo já foi abordado por vários estudiosos que abrangeram desde o surgimento do mesmo, alguns dos seus princípios básicos e vantagens de sua organização.

Para entendermos melhor o conceito Cooperativismo, é preciso considerar as mudanças ocorridas na humanidade, com o avanço das inovações tecnológicas e científicas, onde estas trouxeram grandes benefícios para a sociedade, no sentido de garantir melhores condições de produção e também de forma mais dinâmica. Contrapontos a estes benefícios encontram algumas consequências apresentadas por Schneider:

“Portanto, a globalização trouxe benefícios, mas também muitas consequências sociais negativas, como o aumento do **desemprego**, a precarização dos contratos de trabalho, e crescentes agressões aos direitos de organização sindical e ao próprio equilíbrio ambiental”.

Nesse sentido a busca por alternativas que venham a auxiliar na resolução dos problemas criados pela globalização, é essencial, sendo que, uma das alternativas encontradas por muitas instituições e entidades envolvidas com a causa social, foi à criação de cooperativas. Pois, ainda segundo Schneider: “...por um lado, geram empregos, por outro, elas são um contrapeso à concentração de riquezas. E se as cooperativas, em nome do princípio de integração buscam a concentração, no cooperativismo, tal concentração não representa a exclusão, como no modelo capitalista”. A partir disso, o surgimento dos primeiros empreendimentos cooperativistas no Brasil acontecem no século XIX, com ênfase nas organizações de consumo, crédito e produção agrícola.

As organizações cooperativistas (de consumo, de crédito, de produção industrial/artesanal) surgiram em plena crise da “faminta década dos anos 40 do Século XIX, como resposta e reação à grave Questão Social do Século XIX – manifestada na exploração e manipulação do proletariado pelo capitalismo liberal de então e que chegou ao máximo da exploração em especial na primeira fase da Revolução Industrial. (SCHNEIDER, 2010, p.5).

Ainda, complementa o autor, que as cooperativas são um tipo de organizações que foram criadas para prestar serviços a seus membros, e que, sendo assim, devem ser adaptadas à realidade atual, assumindo “um novo papel, (e) serem defensoras das democracias e promotoras da paz” Schneider (2010, p. 03), sem perder o foco central e seus objetivos.

Encontramos algumas definições realizadas por alguns autores que servem de complemento para este trabalho e que reforçam a definição de cooperativismo até então apresentada. Para Cruz (2001) *apud* Freitas, o cooperativismo, pode ser considerado como um sistema econômico-social, no qual a sua gestão é realizada de maneira democrática e com a ajuda de todos os integrantes da cooperativa, onde os objetivos dizem respeito às necessidades tanto de ordem social como econômica de seus cooperados.

Esta ajuda mútua e coletiva, caracteriza o cooperativismo como uma relevante forma de participação social, dentre tantas outras encontradas.

O cooperativismo, os mutirões e outras atividades autogestionárias favorecem a construção de identidade e aprendizado de gestão de vida coletiva, que se inicia com a convivência e a tomada de decisões cotidianas, desde as questões mais simples até os processos complexos de construção e administração de obras, de gestão de recursos públicos e as outras atividades cotidianas desses programas. (CARVALHO,1998, p. 22).

Além disso, de acordo com Schneider (2006, p.10) a forma de participação social traz muitos benefícios às comunidades locais. Pois elas contribuem “para o fomento e a geração de pólos micro-regionais e locais de desenvolvimento integral, humano e sustentável. Ainda, segundo o mesmo autor, a maioria dos associados reside no mesmo local onde se encontra a mesma, com isso, geram renda ao município no momento em que aplicam parte do excedente gerado na cooperativa no local”.

A geração de renda, não se restringe somente aos municípios onde se localizam as cooperativas, para o autor, se deve considerar a agregação de renda dos próprios associados das referidas cooperativas, fazendo um comparativo com os indivíduos que não fazem parte de nenhuma organização cooperativista. Dados encontrados pelo mesmo apresentam que os associados de cooperativas brasileiras são responsáveis por 6% do Produto Interno Bruto do País mesmo representando somente 3,02% da população brasileira.

As cooperativas também possuem outros papéis fundamentais, que para Schneider (2006,p.12), traz impactos sobre o desenvolvimento local, dentre eles, destacamos a

responsabilidade de repasse do microcrédito. Contribuindo, o autor explica que o governo através de uma medida do Conselho Monetário Nacional (CMN), quer possibilitar a criação de cooperativas que possam facilitar a obtenção de crédito, naqueles municípios onde a dificuldade é maior na criação de cooperativas, devido a pouca quantidade de possíveis associados.

3.2.2 O Cooperativismo no fortalecimento da Agricultura Familiar

O presente tema irá abordar o cooperativismo como sendo uma maneira de organização responsável pelo auxílio no fortalecimento da agricultura familiar.

Considerando a dificuldade que a agricultura familiar apresenta para manter suas atividades, analisando que as mesmas possuem pequenas áreas de terra para desenvolver suas atividades, e mesmo, a constante dificuldade em possuir acesso às novas tecnologias e pesquisas que poderiam auxiliar na promoção do setor, agregando valor aos produtos encontrados na mesma. Filho e Batalha (2005), completam que é necessário se possibilitar a criação de estratégias que possam garantir a agregação de valor dos produtos neste setor e que ainda, o desenvolvimento destas estratégias dependem da criação e gestão de novas formas associativas que possam contemplar estes agricultores familiares.

Estas formas associativas podem se resumir em cooperativas ou mesmo associações, tudo dependerá, de acordo com os autores, dos objetivos que os seus associados pretendem atingir, pois estes dois tipos de organização podem possuir “alcance, estratégias e objetivos diversificados”.

Em alguns casos, o objetivo é aumentar o poder de barganha diante de fornecedores de insumos ou clientes. Em outros, também se trata de alcançar escalas de produção que permitam o acesso a canais de distribuição nos quais os agricultores familiares, isolados, não poderia participar. (FILHO e BATALHA, 2005, p. 61).

Com isso, Scweinberger e Feldens (1982) *apud* Freitas (2002), visualizam que as cooperativas podem ser um forte instrumento de desenvolvimento rural, no momento em que auxiliam na poder de barganha dos produtores, fazendo com que os mesmos garantam um aumento na sua renda.

As formas associativas apresentadas acima, assim como quaisquer outras empresas, oferecem algumas limitações ou mesmo dificuldades que podem ser superadas com uma gestão profissionalizada. Isto pode ser identificado em um trabalho de Lorenzani & Silva (2003) *apud* Filho & Batalha (2005), que mostra uma pesquisa realizada com pequenos produtores de tomates de uma determinada região, que apresentou os problemas que estes produtores enfrentaram em conseguir inserir os produtos no mercado que exigem uma maior escala. Salientam ainda que, este tipo de dificuldade também é comum ser identificada nas pequenas propriedades agrícolas familiares.

É neste sentido, para os autores, que as cooperativas e associações podem auxiliar os pequenos produtores: na inserção dos produtos num mercado que é exigente e disputado por grandes empresas com uma produção em maior escala.

Outra forma destas organizações auxiliarem os pequenos agricultores é no sentido de trocar informações e conhecimentos. As trocas de informações, segundo os autores são essenciais para um bom desenvolvimento das atividades. Relembrem que muitos agricultores não procuram informações sobre o produto que estão processando, se existe mercado suficiente, quais são as exigências de seus consumidores, as disponibilidades de crédito para este setor, entre outros pontos; ou mesmo que tais informações muitas vezes são adquiridas através de fornecedores de insumos, onde não são creditadas pelos produtores.

A partir disso, as cooperativas e associações podem facilitar estas trocas de informações, garantindo aos seus associados uma maior confiança nas relações estabelecidas. “Os produtores devem compartilhar as informações sem o receio de serem enganados por algum membro do grupo” FILHO & BATALHA (2005, p. 160).

Outro fator importante para o fortalecimento das propriedades familiares, diz respeito ao fornecimento de assistência técnica adequada às atividades desenvolvidas no setor. No momento, o fornecimento desta assistência técnica se resume a órgãos públicos ou mesmo privados. No entanto, de acordo com os autores o acesso à assistência ainda está muito limitada no Brasil.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento da agricultura, em especial a familiar, os serviços de assistência técnica, sejam públicos ou privados, não chegam a mais de 20% dos agricultores familiares do País. O debate atual sobre a assistência técnica para agricultura familiar concentra-se no tipo e nas metodologias mais adequadas dessa assistência (modelos tecnológicos, metodologias de trabalho e de educação, etc.), nas fontes de financiamento (governos federal, estaduais e municipais e os próprios agricultores) e especialmente, sobre quem deverá fornecer a assistência (empresas estatais ou privadas, ONGS, cooperativas, associações, etc). (FILHO & BATALHA, 2005, p.165).

3.2.2 Definição de Agroindústria Familiar

Considerando que a agroindústria seria um instrumento criado e estimulado por políticas públicas, para fortalecer a agricultura familiar, este item tem como objetivo apresentar uma breve definição deste termo buscando embasamento em referencial teórico.

Em um primeiro momento, é preciso entender as principais diferenças encontradas na agroindústria familiar, para depois podermos criar estratégias de valorização e agregação de renda nas famílias caracterizadas como de agricultores familiares, pois a agroindústria familiar rural pode ser destacada pela sua heterogeneidade, assim como a agricultura familiar.

Para entender esta diferenciação; encontramos alguns autores que utilizam alguns critérios que levam a conceituação das agroindústrias familiares. No entanto, buscou-se neste trabalho ressaltar os critérios utilizados por Mior (2005) *apud* Guimarães e Silveira (2007).

Para o autor é preciso haver uma distinção conceitual que possa transpor a diversidade de conceitos encontrados, onde o mesmo argumenta que, de um lado aparece:

A atividade de processamento de alimentos e matérias-primas que visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo; enquanto que, de outro lado, a agroindústria familiar rural (AFR) que teria uma orientação para o mercado, produziria valor de troca e constitui-se-ia em um espaço específico destinado ao processamento de alimentos, seguindo determinação das normas sanitárias, além, de buscar a superação da informalidade pela internalização de aspectos fiscais e ambientais (MIOR, 2005, p 191).

Ainda o mesmo estudioso, complementa que a Agroindústria Familiar Rural (AFR) apresenta uma característica específica, a utilização de instalações e equipamentos, próprios para o processamento de alimentos, diferenciando-a da produção que é realizada na “cozinha do Agricultor”.

No entanto, Guimarães (2001) *apud* Guimarães e Silveira (2007), adverte que as Agroindústrias Familiares Rurais não devem ser caracterizadas apenas pela produção, mas se deve levar em consideração as relações estabelecidas entre produtores e consumidores, onde para o mesmo o produto tem um sentido histórico e cultural. Estas colocações também são entendidas por Mior (2005) como fundamentais na implantação de uma AFR, além disso, o

mesmo ressalta que o processo de constituição de uma AFR está relacionado ainda com os recursos humanos, produtivos e financeiros.

Sabe-se ainda que estas características podem ser encontradas nas diferentes agroindústrias familiares em maior ou menor intensidade. A partir disso, observa-se a seguir a caracterização de três tipos de AFRs; A agroindústria Caseira, Agroindústria Familiar Artesanal e a Agroindústria Familiar de Pequeno Porte.

As três AFRs apresentam características que são específicas, demonstrando assim, algumas diferenças entre as mesmas. De um lado a Agroindústria Caseira, que tem como característica principal a informalidade e nenhum controle sanitário, além disso, não possui instalações e equipamentos específicos para o processamento dos alimentos. Ainda, este tipo de estabelecimento não possuiu interesse em estar de acordo com a legislação, pois isso, requer gastos elevados com as instalações e o aumento da produção.

A Agroindústria Familiar Artesanal é apresentada com uma característica muito peculiar, onde, a receita dos produtos processados tem origem na família, nos antecedentes da família, apesar de participarem de cursos, seminários que visem à melhoria na produção e na qualidade dos alimentos. Esta agroindústria a princípio tem como alvo de comercialização dos produtos o local e regional, no entanto, com a preocupação da população em adquirir alimentos de qualidade e que conheçam a forma de processamento do mesmo, pode garantir a este tipo de empreendimento um avanço na comercialização dos seus produtos.

Por outro lado, encontramos as Agroindústrias Familiares de Pequeno Porte, que por sua vez, tem características semelhantes às de uma indústria de processamento de alimentos, no entanto em pequena escala. Neste tipo de agroindústria o processamento é apreendido através de cursos realizados por pessoas, que estão ligadas as tecnologias de alimentos, sendo assim, os produtos nela processados não têm caráter artesanal e não são diferenciados dos que são produzidos nas grandes indústrias.

De acordo com Guimarães e Silveira, este fator de igualar as agroindústrias de pequeno porte às indústrias de alimentos pode gerar algumas conseqüências. Dentre elas, destacamos: “os parâmetros de disputa de mercado passam a ser os mesmos das grandes indústrias, preço, logística de distribuição e capacidade de promoção da marca”.(2007, p. 10).

Contudo, é evidente a importância de se realizar a diferenciação anteriormente apresentada, quando se buscam alternativas que venham a possibilitar o desenvolvimento rural a partir da agricultura familiar. Identificando, pois, estas diferenças, conseguiremos entender a heterogeneidade da agricultura familiar, e com isso, a criação de políticas públicas adequadas a cada um deste tipos de empreendimentos pode ser facilitada.

4 O COOPERATIVISMO EM CONSTANTINA – A COOPERAC

As diferentes formas de cooperativismo também estão presentes no município de Constantina; dentre elas podemos destacar as cooperativas de produção agropecuária e de crédito, as quais estão diretamente ligadas à agricultura familiar. Cada cooperativa possui objetivos específicos, direcionados a sua atuação. Em Constantina, podemos destacar as seguintes formas cooperativistas: a Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina LTDA (COOPAC), Cooperativa de Crédito Rural de Sarandi (SICREDI), Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), Cooperativa Triticola Sarandi LTDA (COTRISAL), Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região (COOPERAC).

A seguir apresentamos a descrição de um dos modelos de cooperativismo destacados no trabalho, a COOPERAC - Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região.

4.1. Como surgiu a COOPERAC

A Cooperativa de Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região, foi constituída no dia 29 de janeiro de 2002, onde tem a sua sede e administração localizadas na rua João Mafessoni, nº 213 sala 02 no município de Constantina, no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com o seu estatuto, aprovado pela Assembléia Geral realizada em 29 de Janeiro de 2003, a área de atuação da mesma, está limitada aos municípios de Constantina e região, isto para efeitos de admissão de associados.

De acordo com a liderança entrevista, a COOPERAC foi criada a partir de uma necessidade, pois com a implantação e o funcionamento das agroindústrias, as mesmas necessitavam de uma atuação de forma legalizada. Para tanto, a legalização de cada uma delas como empresa geraria custos altos para os agricultores associados das agroindústrias e ainda, os agricultores perderiam a condição de segurados especial do INSS. No entanto, de acordo com o técnico ligado às atividades da COOPERAC, foi disponibilizado para cada

agroindústria um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), porém depois de informações sobre a perda de condição dos agricultores perante o INSS, tal cadastro foi extinto e assim somente a COOPERAC possui um CNPJ, que todas as agroindústrias associadas fazem uso. Para o entrevistado: “A COOPERAC possibilitou que as agroindústrias fossem legalizadas, de forma jurídica, através de uma cooperativa, onde a COOPERAC ela é proprietária jurídica de todas elas, mas que cada uma tem sua vida própria”.

Para a criação desta cooperativa foi necessário o auxílio de algumas instituições e entidades, ligadas ao setor rural. Dentre elas, podemos destacar: Poder Público Municipal através da Secretaria Municipal da Agricultura, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Constantina (STR) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL). Cada uma destas instituições mantém objetivos e atividades específicas, mas que, ao mesmo tempo permanecem interligadas, pois todas possuem um papel fundamental na articulação dos atores sociais.

Além disso, tais instituições tiveram um grande papel na garantia de visualizações e conhecimento de experiências na área do cooperativismo das agroindústrias, já desenvolvidas em outros municípios.

Uma das experiências na qual os fundadores da COOPERAC puderam extrair conhecimentos, foi através da criação da Unidade Central das Agroindústrias Familiares – UCAF, localizada no oeste catarinense. Para tanto, somente o conhecimento e trocas de experiências não bastaram, por isso, a necessidade de um maior assessoramento mais específico em relação à burocracia necessária para a criação da cooperativa. Esse assessoramento fez-se através da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO.

As instituições e entidades mencionadas acima e que fizeram parte da fundação da cooperativa, por algum tempo continuaram a auxiliar de forma mais direta nas atividades da COOPERAC. Com o decorrer do seu desenvolvimento estas mantiveram um auxílio, mas de maneira menos direta, como destaca o técnico ligado à Cooperativa: “claro que de um tempo pra cá, a COOPERAC está andando com pernas próprias”. Um exemplo citado pelo mesmo da contribuição do Poder Público Municipal, diz respeito à disponibilidade de técnico para o auxílio e transporte de produtos para as feiras na qual a COOPERAC participa. Ainda, a participação destas entidades e instituições é visível quando a COOPERAC realiza suas assembleias.

No período em que a entidade iniciou as suas atividades, faziam parte desta associação um total de 10 agroindústrias. Os dados referentes ao número exato de associados não podem

ser informados, pois a associação na cooperativa não era feita somente para um integrante da agroindústria, aquele que tinha interesse podia se associar e mesmo porque não havia uma pessoa específica para o controle burocrático da cooperativa. Realidade esta, que continua, visto que, segundo informações obtidas por um dos dirigentes, é uma das dificuldades encontradas pela cooperativa.

A seguir podemos visualizar uma tabela com a composição da COOPERAC no período da sua fundação, sabendo que são números aproximados conforme motivos listados acima.

Tabela 3 – Agroindústrias associadas à COOPERAC em 2003.

| Agroindústria | Localização | Cadeia Produtiva | Número de Famílias | Número de Pessoas |
|-------------------------|--------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Dalpiaz | Constantina | Suínos | 3 | 7 |
| Grison | Constantina | Cana de açúcar | 4 | 15 |
| Lasta | Constantina | Leite | 1 | 3 |
| Lazzaretti e Conteratto | Constantina | Leite | 2 | 10 |
| Lazaretti e Picolotto | Constantina | Cana de açúcar | 7 | 28 |
| Lazzaretti | Constantina | Suínos | 4 | 16 |
| Ludke | Constantina | Leite | 1 | 4 |
| Mozer | Constantina | Suínos | 2 | 4 |
| São Pedro Deon | Constantina | Cana de açúcar | 5 | 20 |
| Sucos Carbonari | Sarandi | Uva | 2 | 5 |

Fonte: Dados da COOPERAC

Elaboração: Técnico ligado a COOPERAC

Analisando a tabela 3, visualizamos que a maior parte das agroindústrias associadas à COOPERAC, está localizada no município de Constantina, com exceção de uma que está localizada no município de Sarandi. Outro dado importante encontrado é o número de famílias que estas agroindústrias envolvem nas suas atividades. Aqui, percebemos que a cooperação entre os envolvidos no processo é muito importante, o trabalho e ajuda mútua contam muito no sucesso dos referidos estabelecimentos.

A partir dos dados coletados com o dirigente da cooperativa, organizamos a tabela de como se encontra atualmente a composição das agroindústrias associadas à COOPERAC.

Tabela 4 - Agroindústrias associadas à COOPERAC em 2011

| Agroindústria | Localização | Cadeia Produtiva | Número de Famílias | Número de Pessoas |
|----------------------|--------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Dalpiaz | Constantina | Suínos | 1 | 4 |

| | | | | |
|---------------------------|------------------|----------------|---|----|
| Grison | Constantina | Cana de açúcar | 4 | 15 |
| Lasta | Constantina | Leite | 2 | 4 |
| Lazzaretti e Conteratto | Constantina | Leite | 2 | 4 |
| Lazaretti e Picolotto | Constantina | Cana de açúcar | 6 | 21 |
| Lazzaretti | Constantina | Suínos | 4 | 16 |
| Ludke | Constantina | Leite | 2 | 5 |
| São Pedro Deon | Constantina | Cana de açúcar | 2 | 8 |
| Sucos Carbonari | Sarandi | Uva | 1 | 4 |
| Jotti | Constantina | Suínos | 3 | 7 |
| Berton | Constantina | Cana de açúcar | 1 | 4 |
| Largo | Constantina | Suínos | 2 | 6 |
| Tonin | Constantina | Suínos | 2 | 9 |
| Vitorazzi | Constantina | Suínos | 2 | 5 |
| Lazzaretti e Zatti | Constantina | Suínos | 3 | 8 |
| Delícias Caseiras | Constantina | Panificadora | 1 | 3 |
| Moinhos Passaia | Constantina | Farinhas | 1 | 3 |
| Zatti | Novo Xingu | Cana de açúcar | 3 | 10 |
| Rossetto | Liberto Salzano | Suínos | 1 | 2 |
| Tozzi | Liberato Salzano | Suínos | 2 | 4 |
| Abatedouro de Rã: Ranasul | Constantina | Rã | 1 | 3 |

Fonte: Entrevista dirigente da COOPERAC
Elaboração: Autora

Considerando os dados apresentados pela tabela acima, podemos realizar um breve comparativo sobre a evolução da Cooperativa desde os anos de sua fundação até o presente momento. Visualizamos que houve um considerável aumento de agroindústrias que se associaram à mesma.

De acordo com os dados coletados na entrevista, o aumento considerável de agroindústrias associadas à cooperativa, diz respeito, principalmente a legalização das mesmas. Como já mencionado anteriormente, existia a necessidade da legalização das agroindústrias para que assim pudessem comercializar os seus produtos, inclusive dentro do município.

Além disso, podemos visualizar na tabela a quantidade de pessoas que as agroindústrias envolvem em suas atividades. Isso significa uma quantidade aproximada de 145 empregos diretos nas agroindústrias associadas a COOPERAC.

Ainda, a partir destes dados, sabemos que existem algumas agroindústrias que ainda não se associaram à cooperativa, pois há pouco tempo que iniciaram suas atividades e outras que ainda não iniciaram. Com isso, consideramos que em breve este número de agroindústrias que foram apresentadas na tabela acima se modificarão.

Na tabela acima, podemos considerar que grande quantidade de agroindústrias associadas a COOPERAC, é de embutidos de suínos. Após a entrevista, podemos analisar e descrever como dois motivos centrais para o surgimento de muitas agroindústrias de suínos; a questão cultural e também ao baixo custo da produção.

O primeiro motivo é explicado pelo fato de que Constantina e outros municípios da Região terem sido colonizados por grupos de origem italiana, com isso, o predomínio da produção de salame colonial desde os primeiros moradores deste local.

Outro motivo está relacionado principalmente ao preço da matéria-prima (suíno) que há tempos anteriores era considerado de baixo custo e assim os responsáveis pelo processamento, ganhavam uma considerável margem de lucro.

Ressaltamos ainda, a existência de um mercado consumidor local/regional que ao longo das décadas sempre consumiu tais produtos, apesar da forma artesanal do processo produtivo. Isto demonstra ainda, a preocupação com os produtos que estão sendo consumidos, pois, vivemos um período em que a sociedade está cada vez mais preocupada com a relação estabelecida entre o meio ambiente e o homem.

Contudo, de acordo com Santos e Ferreira (2006), também é visível a preocupação com os serviços que são fornecidos à própria sociedade e de que maneira estes são fornecidos. A preocupação com a soberania alimentar, com a qualidade dos alimentos que a população vem consumindo também gera discussão e debate principalmente no meio acadêmico. A partir disso, observa-se que a sociedade está sentindo a necessidade de conhecer melhor a maneira como são produzidos, embalados e comercializados os alimentos que por eles são consumidos.

Para tanto, os autores complementam que é nas agroindústrias familiares que os consumidores encontram uma relação mais direta para viabilizar este conhecimento que está buscando. “Esta relação enfoca um conceito de qualidade, com categorização dos produtos, constituindo e fortalecendo marcas locais da agricultura familiares, associadas como

estratégias para o desenvolvimento regional e fortalecimento da agricultura familiar” (2006, p.35).

4.1.2 Estrutura e o modo de funcionamento da COOPERAC

A COOPERAC está amparada pelo seu estatuto, tendo como Foro Jurídico a Comarca de Constantina, com prazo de duração por tempo indeterminado e com uma área de atuação, para efeitos de admissão de associados, concentrada nos Municípios de Constantina e Região.

Ainda, de acordo com seu estatuto, a responsabilidade e a administração da referida cooperativa, será do Conselho de Administração, que está composto pelos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, Diretor Secretário, Diretor Tesoureiro e dois Vogais, sendo que, os mesmos permanecem na função por dois anos. Complementando, os referidos membros deverão ser obrigatoriamente associados à cooperativa. Além disso, tendo a necessidade de outras pessoas para auxiliar no desenvolvimento das atividades, o Conselho de Administração tem autonomia para contratar profissionais necessários.

Com relação à estrutura física da COOPERAC, sabe-se que a mesma, até o momento, não possuiu uma estrutura própria, mas que a mesma organizou um quiosque, localizado junto ao salão paroquial de Constantina, onde é feita a comercialização dos produtos das agroindústrias associadas à mesma.

Observamos aqui, uma das limitações encontradas pela cooperativa, no diz respeito à estrutura física da mesma; pois existe uma dificuldade de se ter um local específico para a identificação da cooperativa e assim possibilitar uma melhor organização dos trabalhos da mesma.

Quando falamos em funcionamento da COOPERAC, nos referimos neste momento à realização de atividades ou reuniões que trazem a participação efetiva dos seus associados. De acordo com o estatuto da mesma, é obrigatória a realização de pelo menos uma Assembléia Ordinária por ano, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício.

No entanto, de acordo com os responsáveis pela cooperativa, são realizadas trimestralmente reuniões com a participação dos associados; e ainda, quando necessário podem ser realizados mais reuniões dependendo dos assuntos a serem tratados e a urgência dos mesmos. Além disso, uma vez por mês, a diretoria da cooperativa se reúne para discutir assuntos relevantes e que dizem respeito aos seus associados.

4.1.3 Atividades, iniciativas e direcionamentos realizados pela COOPERAC

Este momento é dedicado a relatar as principais atividades, iniciativas e direcionamentos que foram realizadas pela COOPERAC, desde o seu surgimento até o momento da realização deste trabalho e que vieram a auxiliar as agroindústrias associadas à mesma.

Complementando o item que se referia ao surgimento da mesma, acrescentamos que a cooperativa tem como princípios básicos a prestação de serviços para as agroindústrias que estão associadas a ela.

A partir da sua fundação, no ano de 2003, deu-se início a realização de algumas atividades direcionadas as agroindústrias que estavam associadas à mesma. Dentre estas atividades, podemos destacar a realização de diversos cursos de capacitação nas diversas áreas de produção, organizados e ministrados pela APACO e pela EMATER. Estes cursos tinham como objetivo auxiliar os responsáveis pelo processamento dos produtos e assim melhorar a qualidade na produção.

No mesmo ano, a COOPERAC participa pela primeira vez da Feira das Agroindústrias Familiares, que é realizada todos os anos na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, junto a Expointer. Esta participação deve ser considerada como uma importante ferramenta de marketing para os produtos processados nas agroindústrias associadas à cooperativa e que é mantida até os dias atuais.

Observando a necessidade de um aperfeiçoamento na apresentação dos referidos produtos, mesmo porque a participação nas feiras estaduais, seria responsável pela identificação dos produtos, a COOPERAC buscou juntamente com uma empresa especializada em marketing e design, alternativas de melhoramento da apresentação destes produtos. Com isso, a empresa responsável por este desafio, criou uma logomarca e os rótulos para os produtos das agroindústrias. A partir disso, todos os produtos que são produzidos nas agroindústrias associadas à cooperativa leva o nome – VITA COLÔNIA.

Em 2004, inicia-se a discussão dos Territórios da Cidadania³, onde a Cooperac, juntamente com as entidades parceiras, esteve desde o início dos debates contribuindo para a implementação das ações propostas em nível territorial.

No mesmo ano, mais especificamente no mês de abril, ocorre o lançamento da marca e dos produtos junto a Feira da Indústria, do Comércio e do Mel – FEICOMEL. Esta Feira é realizada a cada dois anos no município de Constantina, e tem como objetivo mostrar o potencial do que se produz e se comercializa no município e região.

Ainda, no ano de 2004, instalou-se junto a uma das agroindústrias associadas à cooperativa, uma unidade demonstrativa de variedades de cana-de-açúcar, a qual serviu para a realização de tardes de campo e demonstração da tecnologia nesta cultura.

Mais tarde, no ano de 2005, com a realização de um Seminário Nacional do Programa Fome Zero, em Brasília, foi designada uma comissão que fosse participar do encontro e com isso, apresentaram as experiências realizadas nas agroindústrias do município. Neste mesmo período, aconteceu a primeira participação da cooperativa na Feira Nacional das Agroindústrias.

Além disso, a cooperativa preocupada com a melhor formação dos responsáveis pelo processamento dos produtos nas agroindústrias e ainda com a gestão destas, continua promovendo neste período, cursos que venham a melhorar as atividades desenvolvidas. Estes cursos foram realizados através de recursos do RS Rural e da EMATER.

A partir deste ano, é crescente o surgimento de agroindústrias que também se associam à cooperativa. Ao mesmo tempo, em que se aumenta a quantidade de agroindústrias, a produção também cresce e assim, observa-se a necessidade de iniciar a legalização das agroindústrias de produtos de origem vegetal (açúcar mascavo), através da Secretaria Estadual de Saúde.

Em 2006 o município recebe o credenciamento da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM e inicia a legalização ambiental de todas as agroindústrias.

Até o momento, a cooperativa não possuía um local próprio que poderia expor e comercializar os produtos das agroindústrias associadas. Com isso, no ano de 2007, o poder

³ O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrm/clubs/territoriosrurais/one-community>, em 28/04/2011, às 14h46.

Público Municipal, repassa em regime de comodato um quiosque para a Cooperativa comercializar os produtos no município. Este quiosque está localizado no centro da cidade, em frente à Igreja Matriz da cidade, próxima às dependências do salão paroquial da cidade. Neste local, podemos encontrar produtos das diferentes agroindústrias associadas a cooperativa.

Durante a entrevista realizada para a coleta de informações para este trabalho, fomos informados de que futuramente o quiosque deverá ser organizado em outro local, que será adquirido e será definitivamente da mesma. Os recursos para adquirir este outro local, será disponibilizado através do Território da Cidadania, que criou a Rede das Cooperativas das Agroindústrias Familiares da Região do Alto Uruguai; RECOSOL.

Com a aprovação da nova legislação do Serviço Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, o qual permite a venda dos produtos em todo o território nacional, busca-se, também, o credenciamento junto ao Ministério da Agricultura para ampliar a comercialização dos produtos de origem animal e em abril de 2008 foi recebida à primeira auditoria da Sociedade de Investigações Florestais (SIF).

Para finalizar, far-se-á alguns comentários sobre as dificuldades encontradas pela direção da Cooperativa, no desenvolvimento desta forma associativa.

As dificuldades que segundo os próprios entrevistados nos relataram, diz respeito, principalmente a colaboração e participação ativa dos seus associados na realização das atividades que são desenvolvidas pela cooperativa. Ainda, o entendimento de que a cooperativa foi criada para auxiliar os é uma das dificuldades relatadas pelos membros da diretoria.

Segundo os mesmos, através do CNPJ da COOPERAC as agroindústrias que processam os mesmos produtos e que necessitam adquirir de terceiros produtos para a realização desta atividade, podem adquirir em conjunto, o que diminui os custos e assim aumenta o lucro das agroindústrias. No entanto, isto, poucas vezes acontece ou praticamente não é visto nas agroindústrias cooperadas à entidade: “cada um pensa pra si” (Técnico ligado a COOPERAC).

Além disso, como os trabalhos dentro da cooperativa não são remunerados, ou seja, os membros da diretoria, que atuam diretamente nas atividades de organização da mesma, não recebem salário pela realização destas tarefas, existe a dificuldade de encontrar pessoas disponíveis, até porque, segundo os entrevistados: “todos tem suas atividades e precisam sobreviver”. Com isso, a dificulta no envolvimento incondicional com as atividades da cooperativa.

A partir disso, e mesmo com os comentários dos entrevistados, visualiza-se a necessidade de pessoas que venham a organizar a parte burocrática da cooperativa, bem como auxiliar na procura por novos mercados para a venda dos produtos das agroindústrias associadas à cooperativa.

5 AGROINDÚSTRIA DALPIAZ

Neste capítulo descrevemos o histórico de desenvolvimento da agroindústria envolvida no estudo de caso; as principais atividades desenvolvidas; características físicas e estruturais; dados referentes à produção; processamento e comercialização dos produtos; e as dificuldades e potencialidades percebidas.

5.1 Descrição e resgate histórico da Agroindústria Dalpiaz

A agroindústria Dalpiaz está localizada na Linha Guardinha, uma pequena comunidade do interior do município de Constantina, distante aproximadamente 2 quilômetros do centro da cidade. A mesma está instalada na residência da família; do Senhor Rodivan Dalpiaz, que é composta por 4 (quatro) pessoas, dentre elas estão: a Senhora Helena Dal Piaz (mãe), Senhora Belenice Z. Dal Piaz (esposa) e BrunoZ. Dal Piaz (filho).

Esta agroindústria pode ser caracterizada como sendo Familiar Artesanal, pois possuiu as características apresentadas nas referências citadas anteriormente, que descrevem os três tipos de Agroindústrias Familiares encontradas na Agricultura Familiar.

Com relação à estrutura da agroindústria encontramos basicamente os seguintes espaços: sala de processamento dos produtos, sala de defumação, sala de cura, banheiro/vestuário.

Toda esta estrutura é revestida de PVC, paredes e pisos com revestimento cerâmico, para assim facilitar a limpeza do local. Segundo o proprietário da agroindústria, a família realizou algumas reformas no porão de sua própria casa, que pudessem estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema de Inspeção Municipal (SIM) onde são realizadas até o momento todas atividades da agroindústria. Tais melhorias foram feitas com o auxílio de entidades ligadas ao setor rural (EMATER, COOPERATIVAS, STR e Poder Público Municipal).

De acordo com o proprietário no ano de 1999, iniciou-se no estado um debate em torno do assunto agricultura familiar. Este debate acabou gerando a criação de alternativas que viessem a auxiliar no fortalecimento deste setor, com isso, a viabilização de instalações de agroindústrias familiares. Para tanto, financiamentos foram disponibilizados para os agricultores que demonstraram interesse na criação destas agroindústrias.

No entanto, mesmo que este tipo de financiamento se encontrasse disponível para os mesmos, através de diálogo e análise realizadas juntamente com profissionais com maior conhecimento sobre tais investimentos, o responsável pela Agroindústria resolveu não realizar o financiamento para a construção do local de trabalho, pois este se tornaria um custo muito alto para a família.

Mostrando a preocupação com o desenvolvimento do município, Poder Público Municipal buscou incentivar as referidas Agroindústrias através de repasse de equipamentos básicos que pudessem auxiliar nas atividades. Os equipamentos repassados para a Agroindústria Dalpiaz foram: serra-fita elétrica, moedor de carne elétrico, misturador e embutidor. Ressaltamos que estes equipamentos foram repassados em forma de comodato, portanto, quando a agroindústria deixar de desenvolver suas atividades deverá devolver estes equipamentos para o poder público municipal.

De acordo com relatos da família, o trabalho com a produção de embutidos de suínos, principal produto processado na agroindústria, já se estende por muitos anos, tendo início com o avô paterno do proprietário da atual agroindústria. Segundo o mesmo, seu avô que era de origem italiana se deslocou da região de Guaporé por volta de 1920, com o objetivo de adquirir terra e trabalhar neste local, onde a família permanece atualmente.

Naquele período a família vivia basicamente da produção do produto milho, da criação de suínos e demais produtos para a subsistência. Questionados como eram as condições financeiras da família naquele período, os mesmos, dizem que a família vivia bem, e que conseguiu criar seus 12 (doze) filhos através deste tipo de produção.

Com a carne suína realizavam o processamento de salame colonial, destinado ao consumo da família e a venda, que acontecia no município e na região, dentre estes municípios destacamos Passo Fundo, distante aproximadamente 118 (cento e dezoito) quilômetros de Constantina. Vale ressaltar que nas viagens o avô do proprietário utiliza uma carroça e um cavalo para transportar os produtos.

Passando alguns anos, por volta dos anos 50, o pai do proprietário da hoje Agroindústria, resolve dar continuidade ao trabalho iniciado pelo seu pai. No entanto, a venda

destes produtos se restringia ao município de Constantina-RS e outros da região, sendo que, os próprios consumidores vinham buscar as mercadorias na propriedade.

Em torno do ano de 1994, Rodivan Dalpiaz, atual proprietário da agroindústria, resolve tomar frente aos trabalhos desenvolvidos, dando continuidade à produção de derivados de suínos e demais atividades já realizadas pela família. A partir de programas criados por governos do ano de 1999, Rodivan Dalpiaz faz alguns investimentos para a reforma do porão de sua casa e assim continua desenvolvendo a atividade.

5.2 Principais atividades desenvolvidas na Agroindústria

A agroindústria Dalpiaz tem como sua principal atividade o processamento e comercialização de salame colonial, ainda, encontramos como produtos secundários os seguintes: copa defumada, banha e torresmo, carne para churrasco e miudezas.

Para o processamento dos referidos produtos, existe a necessidade de adquirir matéria-prima fora da propriedade do mesmo. Os animais que são utilizados para a produção, são adquiridos basicamente de dois produtores, residentes também no município de Constantina e que possuem suínos em confinamento.

Quando questionado, sobre a possibilidade de produzir os animais em sua propriedade para utilizar na agroindústria, o proprietário coloca que para isso seria necessária uma melhoria na estrutura que possui na propriedade e mesmo a contratação de mão-de-obra para auxiliar nas atividades. Considerando que poucos são os membros da família e que os mesmos possuem outras atividades paralelas à agroindústria, o proprietário afirma que para ele é inviável produzir os animais na propriedade.

Após o contato com os referidos fornecedores da matéria-prima, o abatedouro municipal realiza o abate do animal, pois o mesmo possui a licença para a realização deste tipo de trabalho. O próximo passo é o recolhimento deste produto in natura junto ao abatedouro, onde é transportado em um veículo próprio, que é utilizado somente para este fim. Na Agroindústria a matéria-prima é colocada na mesa que está localizada na sala de processamento para iniciar o preparo. Assim, seguem-se todos os passos até chegar ao produto final que é oferecido aos clientes junto ao Quiosque da COOPERAC e também junto à propriedade Dalpiaz e outras formas descritas a seguir.

5.3 Comercialização dos produtos

A comercialização dos produtos na Agroindústria Dalpiaz acontece da seguinte maneira: parte da produção é entregue na feira localizada no centro do município mesmo, e a venda é realizada pela COOPERAC; outra parte da produção o proprietário entrega diretamente aos compradores, já contatados anteriormente, no município de Novo Xingu próximo ao de Constantina; e por fim, parte da produção se encontra na agroindústria mesmo, que está disponível a muitos consumidores próximos ao local que efetuam a compra deste produto. A comodidade de adquirir um produto próximo a sua residência também é um diferencial, quando falamos em estratégias de vendas e competição no mercado.

Para mostrar os valores de venda dos produtos que são processados nesta Agroindústria, será apresentada a seguir uma tabela com os referidos produtos e seus respectivos preços até o consumidor final.

Tabela 5: Amostra de produtos e preços

| PRODUTOS | PREÇO/KG |
|--------------------|-----------------|
| Salame fresco | R\$ 10,00 |
| Salame | R\$ 11,00 |
| Copa | R\$ 18,00 |
| Banha | R\$ 2,50 |
| Torresmo | R\$ 5,00 |
| Carne p/ churrasco | R\$ 5,00 |
| Miudezas | R\$ 1,00 |

Fonte: Pesquisa proprietário

Ebaloração: WEGNER, Denise M. e FERRAREZE, Dinara S. W.

Além disso, a Agroindústria em questão entrega parte de sua produção para um dos programas do governo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este programa foi criado no ano de 2003 com o objetivo de garantia do acesso a alimentos em quantidade adequada e de forma regular, para aquelas famílias que vivem em condições de insegurança alimentar. Ainda, tem como objetivo, contribuir para a inclusão social dos agricultores familiares, garantindo a comercialização dos seus produtos por um preço mais justo.

Na referida Agroindústria, segundo o proprietário, a família tem direito à duas cotas de entrega do produto banha. Essa cota, garante a entrega do produto durante o ano todo,

repassando um valor de aproximadamente R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada cota entregue.

Verificamos ainda que, o principal mercado da agroindústria são os consumidores locais. A maior parte da venda realizada é aquele em que os compradores se dirigem até a propriedade mesmo, para adquirir os produtos.

5.4 Dificuldades e Potencialidades da Agroindústria

Vale também abordar alguns aspectos relevantes quanto às potencialidades da referida Agroindústria e também as principais dificuldades que são encontradas para desenvolver suas atividades.

No primeiro momento é necessário ressaltar a vontade e persistência da família em continuar os trabalhos que já haviam sendo desenvolvidos pelos seus antecedentes, isso mostra a preocupação em dar continuidade às suas origens, uma das características bem presentes na agricultura familiar.

Destacamos também, a participação efetiva de toda a família no auxílio das atividades na Agroindústria. Cada membro da família busca realizar suas tarefas com empenho e dedicação, garantindo maior qualidade de vida a toda a família.

A preocupação de realizar bem as tarefas, esta relacionada também, as várias atividades que a família realiza na propriedade, além dos trabalhos na Agroindústria (turismo rural, restaurante, produção de grãos); mostrando, ainda mais, a organização familiar.

Outra característica bem presente neste grupo é a coragem de inovar com atividades que ainda são pouco desenvolvidas no município e região. Uma destas atividades é o turismo rural, sendo que, esta é uma das principais propriedades em que são desenvolvidas tais atividades. São nestas visitas, que pessoas têm conhecimento das atividades na Agroindústria, e, aproveitando, a visita, lhes é proporcionada a degustação dos produtos, realizada junto ao restaurante, outro incremento feito junto à referida propriedade.

Ressaltamos que a motivação para a realização da referida atividade aconteceu diretamente da família que é proprietária da referida Agroindústria. Além disso, foram os próprios integrantes da família que construíram o local para o restaurante, utilizando praticamente os recursos materiais encontrados na propriedade dos mesmos. Porém, destaca-

se que, o auxílio do Poder Público Municipal, STR e outras entidades, também é importante na articulação de visitantes para o sucesso do referido empreendimento.

Ainda, pesquisas revelam esta nova realidade no meio rural. O aumento das atividades não-agrícolas tem mostrado um elevado crescimento, onde uma das principais atividades que podem ser destacadas é a de turismo rural. Segundo Schneider e Fialho (2000) atividades não-agrícolas que eram consideradas marginalizadas, devido a pouca agregação de renda na família, hoje integram diferentes cadeias produtivas como: “agroindústrias, serviços, comunicações, etc”.

O turismo rural, conforme já destacou Graziano da Silva, Vilarinho e Dale, *apud* Schneider e Fialho (2000) constitui-se em uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais (1998).

Ainda, quando nos referimos a turismo rural, podem ser encontradas algumas modalidades de turismo que são praticadas no meio rural. Estas podem ser definidas de acordo com autores ou instituições. No entanto, buscamos definir uma das modalidades que estão presentes na propriedade na qual este item se refere. É o Agroturismo aqui definido como:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas. Exemplos; fazenda hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo. (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p.17).

Definindo, pois, o que é turismo rural e uma das modalidades encontradas no meio rural, visualizamos que o proprietário da agroindústria destacada neste trabalho aproveitou de maneira correta a oportunidade, utilizando o ambiente rural local, para valorizar uma atividade que já estava sendo desenvolvida há muitos anos em sua propriedade, destacando assim, “a diversidade natural de uma região, propiciando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural”. SCHNEIDER, FIALHO (2000).

Além disso, como complementa os autores acima, “outra potencialidade inerente é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais”.(2000, p. 20). Estratégia esta, que

já vem sendo desenvolvida pelo proprietário da agroindústria, como meio de comercialização direta de seus produtos aos que pela agroindústria passam.

Com relação às dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades, o proprietário destaca a falta de mão-de-obra, conforme já esclarecido nas informações anteriores.

Outra questão citada pelo proprietário da agroindústria se deve, ao mercado consumidor. Quando questionado sobre a possibilidade de ampliação da produção na agroindústria, o mesmo complementa que acredita não ser viável no momento, pois, para isto, seria necessário contratar maior mão-de-obra e ainda enfatiza que não teria mercado consumidor.

A falta de mercado consumidor justifica o mesmo, se deve principalmente pelo motivo de existir no município muitas agroindústrias de embutidos de suínos, com isso, a comercialização deveria se expandir para demais municípios do Estado. No entanto, esta expansão depende da legalização que ainda é um dos problemas enfrentados pelas agroindústrias localizadas no município. Estas possuem somente o selo do Sistema de Inspeção Municipal e para a comercialização dos produtos nos municípios da região e no estado seria necessário o Sistema de Inspeção Estadual.

Porém, sabe-se que para as agroindústrias conseguirem este selo, muitas mudanças precisam ocorrer na estrutura das agroindústrias, para que assim, estejam de acordo com a legalização e os padrões que exige este sistema. No entanto, a maioria das agroindústrias não tem condições financeiras para realizar tais mudanças e possivelmente estariam sujeitas ao fechamento.

Sendo esta uma das principais dificuldades encontradas pelas agroindústrias associadas a COOPERAC, tema central deste trabalho, ressaltamos que de acordo com membro dirigente e técnico ligado à mesma, já vem se pensando em algumas alternativas que possam minimizar tais dificuldades. Uma das possíveis alternativas está ligada à criação de um consórcio entre os municípios que integram o Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai.

Partindo da criação deste consórcio, seria possível a comercialização de produtos oriundos das agroindústrias pertencentes aos municípios que integram este sistema. Uma alternativa que possibilitaria a divulgação dos produtos e mesmo o aumento de renda nas agroindústrias destes municípios.

6 CONCLUSÕES

Tomando como ponto de partida o objetivo geral deste estudo, que foi a análise do funcionamento de uma estrutura cooperativista em um município em que as ações de cooperação têm se apresentado como estratégia para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, em nível local, algumas conclusões podem ser descritas.

A partir da revisão bibliográfica estudada, entendemos que a Agricultura Familiar está envolvida em uma nova forma, ou novo processo, de desenvolvimento rural. Processo esse, no qual, está envolvida a necessidade de organização social e o fortalecimento de ações locais.

Compreendemos ainda que este modelo de agricultura se encontra em constantes mudanças, que possibilitam ao setor uma melhor adaptação às repentinas transformações que a sociedade estabelece. Adaptações frequentes e que podem ser visualizadas de diferentes maneiras.

A Agroindústria Familiar é uma das diferentes maneiras de adaptação da agricultura familiar, às transformações geradas pelas mudanças tecnológicas, econômicas e sociais, as quais este setor foi imposto. No entanto, para que o desempenho desta nova forma de apresentação da agricultura familiar moderna, seja satisfatório em relação aos objetivos dos seus envolvidos, é notória a importância da organização da mesma, onde o cooperativismo aparece como principal alternativa.

Para reforçar o que foi apresentado acima, este trabalho teve como tema de estudo o cooperativismo, tomando como referência empírica à organização da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região – COOPERAC, e uma de suas agroindústrias associadas - Agroindústria Dalpiaz.

Como já destacamos no referencial deste trabalho, o surgimento desta cooperativa tinha como principal objetivo a legalização das Agroindústrias já existentes no município. No entanto, com a efetiva criação da mesma, e a visualização de experiências parecidas com esta, se percebeu que a cooperativa poderia ser uma forma de ampliar ainda mais as possibilidades encontradas até o momento pelas agroindústrias.

Considerando a discussão dos resultados coletados, concluímos que o cooperado da referida cooperativa entende que a criação da mesma trouxe benefícios às atividades realizadas na agroindústria. Dentre estes benefícios foram destacados: a divulgação dos produtos processados na agricultura familiar, através da criação de uma marca unificada para todas as agroindústrias associadas à cooperativa; a divulgação dos produtos principalmente em outros municípios, através da participação em feiras e cursos (processamento e gestão), disponibilizados pela cooperativa.

Tais estratégias adotadas a partir da criação da COOPERAC, possibilitaram uma maior geração de renda as famílias envolvidas no processo. Renda esta, que foi gerada e é investida a maior parte no próprio município. De acordo com os dados coletados no ano de 2008 estima-se que as Agroindústrias locais movimentaram o equivalente a 15% da arrecadação do município.

Além disso, faz-se necessário complementar que a partir da divulgação destas experiências realizadas com as Agroindústrias Familiares associadas a COOPERAC, no município de Constantina, outros municípios que buscam alternativas parecidas com as aqui encontradas, realizam excursões para visualizar tais experiências. Este fato está possibilitando a criação de uma rota turística no município que tem como principais locais à visualização das atividades nas agroindústrias.

O turismo rural, uma atividade não agrícola, é mais uma estratégia que vem sendo criada e desenvolvida pelos pequenos municípios com características semelhantes ao de Constantina, onde a economia basicamente está ligada ao setor rural e existe uma preocupação com a agregação de valor dos produtos extraídos deste local.

Percebemos então que estas novas alternativas trouxeram diferentes possibilidades de valorização dos produtos processados nas Agroindústrias Familiares, aumentando a comercialização destes produtos e assim gerando maior renda as famílias ligadas ao setor e conseqüentemente garantindo um maior retorno ao município em questão. Ainda, a geração de pelos menos 145 empregos diretos nas agroindústrias, dados que podem ser visualizados na tabela 3 no corpo deste trabalho, é um fator a ser considerado, pois esta é uma das estratégias encontradas pela agricultura familiar moderna em garantir um aumento na renda de sua família e a possível permanência no meio rural.

Identificamos também que as relações estabelecidas entre os cooperados da forma cooperativista destacada neste trabalho, estão mais presentes no decorrer de algumas atividades realizadas pela cooperativa; como: na realização de cursos, seminários, amostras de

produtos, etc. Sabe-se que estas atividades são importantes, pois, proporcionam trocas de informações que somam aos conhecimentos já adquiridos ao longo dos anos.

No entanto, o contato direto entre os cooperados é necessário, pois se percebe dificuldade principalmente nas trocas de informações estabelecidas entre os cooperados, onde conforme os dados coletados, algumas pessoas se mostram mais disponíveis para realizar estas trocas, porém outras nem tanto.

Portanto, a disponibilidade dos participantes e mesmo o entendimento de que a realização destas atividades possibilita um melhoramento tanto na questão de processamento, comercialização e mesmo gestão na agroindústria, é um desafio para esta forma cooperativista.

A questão da legalização das Agroindústrias também ainda pode ser considerada como um desafio para a mesma, pois a ampliação de mercado é um dos objetivos da maioria dos empreendimentos associados à mesma.

Cabe assim, aos envolvidos neste processo, neste caso mais especificamente a cooperativa, a criação de alternativas que possibilitem essa ampliação de mercado, reiterando ainda, que a participação de Instituições e Entidades ligadas ao setor rural e ainda Poder Público Municipal é essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e o uso do solo.** São Paulo em Perspectiva, vol 11, nº 2, p. 37-78, abr/jun.1997. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf>. Acessado em: 24/04/2011.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. **Agricultura e Sustentabilidade: contexto, desafios e cenários.** *Ciência & Ambiente*, n 29, p. 15-30. 2004. Disponível em: [http://www.freewebs.com/danielbertoli/aulas/ASSAD e Almeida - Agricultura e SUstentabilidade - ciencia_e_ambiente 29.pdf](http://www.freewebs.com/danielbertoli/aulas/ASSAD_e_Almeida_-_Agricultura_e_SUstentabilidade_-_ciencia_e_ambiente_29.pdf). Acessado em: 27/04/2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Albuquerque. **Participação social no Brasil hoje.** Texto publicado em 1998 e resume, de certa forma a Dissertação de Mestrado apresentada na Unicamp, pela autora, em agosto de 1997, intitulada: **“Eppur si muove...”: os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil.** Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_169.pdf>

COOPERAC. **Estatuto da Cooperativa.** Aprovado pela Assembléia Geral realizada em 29 de Janeiro de 2003.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acessado em: 30/04/2011.

FENSTERSEIFER, Jaime. **Internacionalização e cooperação: dois imperativos para a empresa do terceiro milênio.** *READ – Revista Eletrônica de Administração*, n 3, v 6, edição 15. 1998. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Administração/UFRGS. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/read/article/view/15828/9426>>.

FREITAS, G. S. **A consolidação de práticas cooperativas com o desafio da conquista e manutenção da sustentabilidade: O caso da cooperativa regional de agricultores familiares ecologistas (ECOVALE).** Tese (Mestrado em Agronegócio) - Curso de Pós Graduação em Agronegócio do Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócio (CEPAN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

FILHO, Hildo Meirelles de Souza Filho; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Editora Edufscar, 2005. 359p.

GUIMARAES, Gisele Martins, SILVEIRA, Paulo Roberto C. da Silva. Por trás da falsa homogeneidade do termo Agroindústria familiar rural: Indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. **Anais**. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção do Ceará, 2007.

I ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO; XIII CONGRESSO BRASILEIRO DO COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Painel sobre cooperativismo e pesquisas**. SCHNEIDER, José Odelso. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/observatorio/painel_odelso.pdf>. Acesso em 19 jan.2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acessado em: 05 de jan. 2011.

KERSTENETZKY. Célia Lessa. **Sobre Associativismo, Desigualdade e Democracia**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 53, v 18. 2003. São Paulo. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/>>

KUHN, Daniela Dias. **O microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural no município de Constantina/RS: A Abordagem Seniana de desenvolvimento**. Tese (Mestrado em Economia Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARTINELLI, Joviano José; GRISON, Valdir. **Relato da experiência do processo de Agroindustrialização do município de Constantina**. 2009. Constantina.

MENEGETTI, G. A. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br>> Acesso em : 24 de setembro de 2010.

MESQUITA, Zilá. **Para compreender Competição e Cooperação nas Organizações Preliminares**. *Revista de Ciências Sociais*, n 19, v 6, p. 157-173. 1999. México. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/105/10501908.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2011.

MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo Dabdad; SCHULTZ, Glauco. **Roteiro de estudo de caso**. Texto elaborado como material didático para a Disciplina Mercados e Comercialização de produtos agrícolas do curso de graduação tecnológica Planejamento e Gestão para o

Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UFRGS). Disponível em:
<<https://moodleinstitucional.ufrgs.br>>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário**. 2006.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos avançados, Universidade de São Paulo, v.15, n 26 p.83-100, 2001. Texto encontrado na disciplina Seminário Integrador I do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UFRGS). Disponível em:
<<https://moodleinstitucional.ufrgs.br>> Acessado em: 24 de setembro de 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar. O caso do movimento de agricultores em Constantina – RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. RS. Brasil. 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/extrural/dis2006PDF>>. Acessado: 24 de jan.2011.

Portal da Cidadania. <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acessado em: 28/04/2011.

RÉVILLION, Jean Philippe. **Cooperação, conglomerados e desempenho competitivo**. Texto encontrado na disciplina DERAD 019. Disponível em:
<<https://moodleinstitucional.ufrgs.br>>.

SANTOS, Francis dos. **Perspectiva para soberania alimentar brasileira**. Texto elaborado como material didático para a disciplina Agricultura e Sustentabilidade do curso de graduação tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UFRGS). Disponível em:<<https://moodleinstitucional.ufrgs.br>>.

SANTOS, Renato Cougo dos; FERREIRA, Cezar Henrique. Caracterização de Agroindústrias Familiares localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n 1/2, jan/ago 2006.

SCHNEIDER, Sergio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, José Odelso. **Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>>

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio.; RIEDL, Mário. (Org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**, Bauru, 2000, p. 14-50.

SULZBACHER, Aline Weber. **“Entre a Arte e a Técnica: O dilema do social nas Agroindústrias Familiares Rurais de Constantina/RS.** 2009. Tese de Mestrado . Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2006. Disponível em:<http://cascavel.cpd.ufsm.br>.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica.** 2008. *Artigo em Hypertexto.* Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1996. Disponível em: <http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br>

WEGNER, Denise Mara. **Relatório de Estágio.** Apresentado na Disciplina Derad 22 do Curso de Planejamento e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <https://moodleinstitucional.ufrgs.br>.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista com Representante da COOPERAC

Nome completo:

Idade:

Formação:

Função que exerce na Cooperativa:

Tempo de atuação na Cooperativa:

1- De que maneira e de quem surgiu a idéia da criação da COOPERAC no município de Constantina?

2- Houve participação de instituições e entidades na criação da mesma? Se houve, quais foram estas instituições e entidades?

3- As instituições e entidades que fizeram parte desta criação continuam ligadas a cooperativa? Atualmente, qual a contribuição das mesmas para a COOPERAC?

4- Quais foram as primeiras medidas adotadas para a formação desta cooperativa?

4- Existe algum critério para a associação na cooperativa? Cite os que consideram mais relevantes.

5- Como e de que maneira foram desenvolvidos os trabalhos de conscientização dos cooperados para a efetiva participação na Cooperativa?

6- De que maneira é realizado o trabalho junto aos cooperados? São realizadas reuniões? Com que frequência isso acontece?

7- Existem dificuldades em manter essa forma associativa? Quais as dificuldades mais freqüentes?

8- Considerando as dificuldades encontradas, existem algumas alternativas que possam ser aplicadas para tentar amenizar tais dificuldades? Quais alternativas você considera mais viáveis no momento.

9- Atualmente quantos são os associados na cooperativa?

11- Os associados estão limitados ao município de Constantina ou tem associados de outra região? Quais outros municípios?

12- Quais atividades que estão sendo desenvolvidas pela COOPERAC que dizem respeito aos objetivos dos seus associados?

13- Atualmente quantas e quais são as Agroindústrias associadas a COOPERAC?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista com Cooperado da COOPERAC

Nome completo:

Idade:

Formação:

Município em que reside:

Tempo que está cooperado?

Culturas produzidas:

Tipo de Agroindústria e tempo de existência da mesma:

1- Você considera importante a organização das Agroindústrias familiares? Por que?

2- Quais foram os motivos que contribuíram para que você fizesse parte da Cooperativa?

3- Quais as atividades mais freqüentes realizadas pela cooperativa juntamente com os cooperados?

4- Foram percebidos benefícios após a participação juntamente com a COOPERAC? Quais foram estes benefícios?

5- Que tipo de serviços são realizados pela cooperativa que você considera mais importante? Cite alguns desses serviços.

6- Como é a sua relação com os demais cooperados? Vocês trocam algumas informações? Quais são estas informações?

7- Que dificuldades você encontra na realização de suas atividades na Agroindústria? Cite as que você considera relevante.

ANEXOS

ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO

Dirigente da COOPERAC



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: Bedemir Lucki

RG/CPF: 908 774 240-43

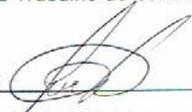
Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso: **O cooperativismo como uma alternativa para fortalecimento da agricultura familiar: O caso da Cooperac no município de Constantina-RS.** para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso: O cooperativismo como uma alternativa para fortalecimento da agricultura familiar: O caso da Cooperac no município de Constantina-RS.- do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo: verificar e analisar através de um estudo de caso, de que maneira a COOPERAC, vem contribuindo no fortalecimento da agricultura familiar no município de Constantina, no Rio Grande do Sul, identificando as diferentes atividades, iniciativas e direcionamentos realizados pela mesma.

A minha participação consiste na recepção do aluno Denise Mara Wegner para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região (COOPERAC) para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura 

Constantina, 28/01/2011

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO

Técnico ligado à COOPERAC



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: JOVANIO JOSÉ MARTINELLI;

RG/CPF: 939.169.650-34

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso: **O cooperativismo como uma alternativa para fortalecimento da agricultura familiar: O caso da Cooperac no município de Constantina-RS.** para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso: O cooperativismo como uma alternativa para fortalecimento da agricultura familiar: O caso da Cooperac no município de Constantina-RS. – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo: verificar e analisar através de um estudo de caso, de que maneira a COOPERAC, vem contribuindo no fortalecimento da agricultura familiar no município de Constantina, no Rio Grande do Sul, identificando as diferentes atividades, iniciativas e direcionamentos realizados pela mesma.

A minha participação consiste na recepção do aluno Denise Mara Wegner para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região (COOPERAC) para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura *Jovanio José Martinelli*

Constantina, 28/01/2011

ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO

Cooperado da COOPERAC



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: Rodivom Dalpiaz

RG/CPF: 560.722.950-53

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso "**O Cooperativismo como uma alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: O caso da Cooperac no município de Constantina-RS**", para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso "O Cooperativismo como uma alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: O caso da Cooperac no município de Constantina-RS" – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo: verificar e analisar através de um estudo de caso, de que maneira a COOPERAC vem contribuindo no fortalecimento da agricultura familiar no município de Constantina, no Rio Grande do Sul, identificando as diferentes atividades, iniciativas e direcionamentos realizados pela mesma.

A minha participação consiste na recepção do aluno Denise Mara Wegner para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e da Agroindústria Dalpiaz para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura Rodivom Dalpiaz

Constantina, 04/02/2011